



GRITOS DE LIBERDADE



CYNARA DE OLIVEIRA GERALDO
SALETE VALER



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Mestrado Profissional em Educação Profissional
e Tecnológica em Rede Nacional (Profept)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC)
Campus Florianópolis

GRITOS DE LIBERDADE

VENDA PROIBIDA!



Autoras:

Cynara de Oliveira Geraldo
Salette Valer

Revisão:

Salette Valer

Projeto gráfico e diagramação:

Cynara de Oliveira Geraldo

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e
Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT). Instituto
Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa
Catarina (IFSC) - *Campus* Florianópolis

GRITOS DE LIBERDADE



Florianópolis, SC, 2022

FICHA TÉCNICA

Este livro, como produto educacional, é oriundo da pesquisa de mestrado sobre *Ações Pedagógicas com foco nas questões Étnico-Raciais (Lei nº 10.639/2003): Um estudo nos Cursos Integrados de Educação Profissional no Instituto Federal Catarinense (IFC) – Campus Araquari*. Foi avaliado por gestor, docentes, técnicos administrativos, comunidade externa e validado pelos integrantes da banca de defesa no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Livro *Gritos de Liberdade*.

Produção e organização: Cynara de Oliveira Geraldo e Salete Valer.

Banca de validação do livro como parte da Dissertação de Mestrado: Prof. Clóves Alexandre de Castro, Dr.; Prof. Ilton Cesar Martins, Dr.; Prof.^a Sônia Regina Lamego Lino, Dr.^a; em 30 de agosto de 2022.

Catálogo na fonte pelo Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC Reitoria.

Gritos de Liberdade / Geraldo, Cynara de Oliveira; Valer, Salete - 1. ed. - Florianópolis, SC, 2022. *E-book*.

64 p.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-88663-58-5

1. Livro/Produto Educacional ProfEPT. 2. Gritos de Liberdade. 3. Ensino Médio Integrado. 4. Educação Profissional. I. Geraldo, Cynara de Oliveira; Valer, Salete, orient. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC.

RESUMO

A criação dos Institutos Federais pela Lei nº 11.892/2008 trouxe, em sua base, a proposta de uma formação humana integral para todos os estudantes. Nesse contexto educativo, este livro, *Gritos de Liberdade*, faz parte da pesquisa de estudo de caso, ao nível de Dissertação de Mestrado, *Ações Pedagógicas com foco nas questões Étnico-Raciais (Lei nº 10.639/2003): Um estudo nos Cursos Integrados de Educação Profissional no Instituto Federal Catarinense (IFC) – Campus Araquari*, do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT). Os resultados da pesquisa indicaram que, embora haja muitos esforços e valorosos trabalhos referentes à educação para as relações étnico-raciais, conforme a Lei nº 10.639/2003, ainda há muito a ser realizado. Isso porque há poucas referências negras nos Projetos Pedagógicos dos cursos, além do fato de que nem todos os componentes curriculares trabalham essa temática. Outra fragilidade encontrada é a falta de formação dos servidores para trabalharem tais questões e seu desconhecimento do que preconiza a lei e seus documentos reguladores. Tomando esses resultados, este livro, na modalidade *e-book*, tem por objetivo refletir sobre as revoltas, revoluções e eventos protagonizados pelo povo negro a fim de conseguir a liberdade e a dignidade e denunciar todas as formas de opressão. Assim, em decorrência do objeto da pesquisa, a Lei nº 10.639/2003, que inclui no currículo a história e a cultura africana e afro-brasileira, espera-se que o conteúdo aqui apresentado inspire e sensibilize os profissionais da educação, os educandos e toda a comunidade, firmando-se como conteúdo necessário à ampliação dos saberes nas diversas áreas sociais. Ao se tratar da Educação Profissional, reforça-se a relevância de se pensar em projetos temáticos interdisciplinares, uma vez que a Lei nº 10.639/2003 está intrinsecamente relacionada à proposta para a formação integral, a fim de que todos os sujeitos estudantes tenham acesso a uma educação democrática e de qualidade, independentemente da sua origem socioeconômica, étnica racial.

Palavras-chave: EPT. ProfEPT. Livro-Produto Educacional. Gritos de Liberdade. Lei nº 10.639/2003.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	07
1 QUILOMBO DE PALMARES	10
2 REVOLUÇÃO DE SÃO DOMINGOS	13
3 A GUERRA DA BALAIADA: A mais longa revolta popular ocorrida no Maranhão	18
4 REVOLTA DOS MALÊS: Um levante de africanos em terras brasileiras	21
5 REVOLUÇÃO FARROUPILHA: O massacre de Porongos - Lanceiros Negros	23
6 A PRIMEIRA GREVE NO BRASIL: Trabalhadores negros da Bahia	27
7 MOVIMENTO PELOS DIREITOS CIVIS NOS EUA	30
8 RESISTÊNCIA À INVASÃO COLONIAL NO SUL DE ANGOLA	32
9 O CLARIM D'ALVORADA: Imprensa Negra	34
10 FRENTE NEGRA BRASILEIRA	36
11 DIA DA LIBERTAÇÃO DA ÁFRICA OU DIA DA ÁFRICA	38
12 BLACK PANTHER PARTY: Partido dos Panteras Negras	44
13 DIA INTERNACIONAL PELA ELIMINAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL	47
14 VINTE (20) DE NOVEMBRO: Dia da Consciência Negra	49
15 MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO	52
16 DIA INTERNACIONAL DA MULHER NEGRA, LATINA E CARIBENHA	57
17 DÉCADA INTERNACIONAL DE AFRODESCENDENTES (2015-2024)	59
18 MOVIMENTO BLACK LIVES MATTER: Vidas Negras Importam	61
FECHAMENTO	63

APRESENTAÇÃO

Olá, leitoras e leitores!

Este *e-book*, na modalidade escrita, *Gritos de Liberdade*, como produto educacional, foi desenvolvido a partir dos resultados da pesquisa de estudo de caso intitulada *Ações Pedagógicas com foco nas questões Étnico-Raciais (Lei nº 10.639/2003): Um estudo nos Cursos Integrados de Educação Profissional no Instituto Federal Catarinense (IFC) – Campus Araquari*. A pesquisa foi realizada no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), nos anos de 2020-2021, cujo projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética sob o Parecer nº 4.106.494.

A pesquisa de estudo de caso teve por objetivo investigar as ações pedagógicas relacionadas à Lei nº 10.639/2003, que estão sendo desenvolvidas no IFC – *Campus Araquari*. Buscou-se, com a investigação, identificar as ações pedagógicas que traduzem o que está posto no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Os resultados da investigação demonstraram que as ações realizadas na instituição ocorrem por iniciativas individuais ou por pequenos coletivos de sujeitos como o Grêmios Estudantil e NEABI e outros sujeitos com interesse na temática, e, por isso, não se caracteriza como uma política institucional. Os resultados também apontam que não houve formação para os gestores trabalharem tais questões nas suas trajetórias acadêmicas e nem dentro da instituição, e os estudantes destacam que há carência de atividades desenvolvidas em relação às diversidades.

Já os resultados das entrevistas com as comunidades quilombolas revelam que, ao se considerar o compromisso com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais, a missão educativa de ensino-pesquisa-extensão do IFC poderia trocar mais experiências com as comunidades locais.

Em decorrência dos resultados, pensou-se na produção deste conteúdo com o intuito de contribuir para a disseminação do conhecimento sobre alguns movimentos como revoltas, revoluções e eventos negros que fazem parte da história. Isso porque, ainda nos dias atuais, há quem diga que o povo negro deixou-se escravizar e que não lutava contra as opressões nem

buscava pela liberdade. Contudo, os eventos aqui listados apontam que sempre houve, e ainda há, muitos movimentos de resistência dos povos negros no Brasil.

Antes de 1888, os movimentos focavam no fim da escravidão e, ainda na atualidade, luta-se pelo fim de preconceitos, pela igualdade de condições sociais e materiais e pela liberdade, uma vez que este povo ainda sofre desigualdades sociais; como exemplo, o encarceramento em massa, tendo em vista as consequências de um processo histórico de exclusão dos espaços sociais a que oficialmente ele tem direito, mas que não se efetiva na prática. É como diz a canção do grupo O Rappa: “Todo camburão tem um pouco de navio negreiro.”

Cabe enfatizar que a nação brasileira foi construída pelos braços negros que serviram como soldados em guerras e conflitos, mas que também travaram suas próprias batalhas em nome da liberdade, além de serem sapateiros, pedreiros, ferreiros, trabalhadores domésticos, mensageiros, tropeiros, campeiros e tantas outras profissões. Lembre-se: Tereza de Benguela, líder de sua própria gente; intelectuais, acadêmicos e pan-africanistas, que lutaram pela emancipação dos povos do continente africano e da diáspora; a imprensa negra, lembrando-se aqui *O Clarim d'Alvorada*.

Nem sempre os movimentos tiveram glória, mas é importante que toda a sociedade (re)conheça as ações realizadas por esses grupos, no sentido da construção de uma sociedade em que direitos e deveres devem ser iguais para todos os cidadãos que a constituem. Nesse sentido, destina-se este *e-book* ao público em geral e, de forma especial, aos estudantes e a todos os profissionais da educação, principalmente aos profissionais da EPT.

O conteúdo deste material está apresentado em ordem cronológica, tendo como evento de resistência, primeiro, o Quilombo de Palmares. Também é o resultado de uma pesquisa que toma por base teórica a Lei nº 10.639/2003, que acrescentou na LDB/1996 o artigo 26 A, que inclui no currículo a história e a cultura dos africanos e afro-brasileiros, além de orientações presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, DCNERER, 2004); e também o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, PIDCRER, 2013), além de outros documentos relacionados à Lei nº 10.639/2003. Essas legislações são o resultado das reivindicações do movimento negro ao longo da história.

A elaboração deste material também encontra apoio nas bases conceituais que sustentam a Educação Profissional e Tecnológica com foco na formação humana integral,

tomando como fundamento: *o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico*, ambos discutidos nos estudos de Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005); e o conceito de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), apresentado no documento Políticas Públicas para a EPT (BRASIL, PPEPT, 2004) e no Documento Base de 2007 (BRASIL, DB, 2007) e na Lei nº 11.741/2008 (BRASIL, 2008).

Espera-se com este conteúdo contribuir com a ampliação dos estudos sobre o tema, possibilitando a toda a comunidade nacional e internacional a expansão dos saberes acerca da história das lutas dos negros sobre as condições a que estavam submetidos nos diferentes tempos e espaços sociais. É mais um instrumento, um caminho para a ampliação do conhecimento, da consciência e do orgulho de sua identidade. Este conteúdo também revela que as mudanças e transformações sociais almejadas precisam ser conquistadas, e que as mesmas não têm ocorrido sem a consciência da universalidade dos direitos de todos os povos, especialmente aqui, da história do povo negro, tanto na África como no Brasil.

Vale salientar que, nesta obra, foram listadas apenas as resistências coletivas, porém, desde o primeiro embarque, o povo negro já resistia por diversos meios. Ao final, tem-se a pretensão de honrar os que vieram antes, honrar a ancestralidade... Eu sou, porque nós somos.

1 QUILOMBO DE PALMARES

Antes do Quilombo de Palmares, já existiam quilombos na Bahia e Sergipe, mas não tinham a organização e tantas “filiais” como Palmares. Esse quilombo foi a maior e mais conhecida organização de escravizados fugitivos de toda a América, com dezenas de comunidades e povoados, uns permanentes e outros provisórios (as comunidades ou povoados mais importantes recebiam o nome de seus líderes). O mais importante deles, o centro político e administrativo de Palmares, se chamava Macaco, o qual contava com milhares de casas, sendo onde residia Ganga-Zumba, o principal líder dos palmaristas antes de Zumbi.

Os palmaristas surgiram no final do século XVI e permaneceram até o século XVIII. Eles constituíam diversas comunidades interdependentes e articuladas entre Alagoas e Pernambuco. Próximo ao povoado Macaco, estava o povoado Subupira, centro de treinamento militar, e onde se preparavam as armas para as batalhas. Outros importantes povoados chamavam-se Zumbi, Acotirene, Dambraganga, Aqualtune, Tabocas, entre outros.

Os palmaristas ocupavam as serras de Pernambuco, com destaque para a Serra da Barriga, em lugares de difícil acesso por conta de sua vegetação, sendo que, nesses locais, a pesca, a caça e a coleta de frutas eram abundantes. Os fugitivos também saqueavam as casas grandes, paióis e armazéns, e desenvolviam sua economia baseada na agricultura de produção coletiva. Eles também possuíam olarias para a produção de cerâmicas, bem como metalúrgicas para a produção de armas e utensílios para o trabalho agrícola.

Os palmaristas faziam trocas de produtos excedentes com os moradores locais e também com os escravizados nas senzalas, com os quais também obtinham informações sobre expedições militares. Situados nas serras mais altas, eles tinham uma visão panorâmica da região, assim como organizavam vigias e patrulhas pelas matas, ocupando-se de alertar os quilombolas sobre a presença de diligências repressoras.

Nos primeiros anos do século XVII, as fugas eram coletivas: fugiam homens, mulheres e crianças, inclusive mães levando nos braços seus filhos recém-nascidos. As tropas oficiais começaram a se mobilizar contra os quilombolas de Palmares em 1602. Alguns quilombos foram destruídos, e os fugitivos capturados. Outros quilombos foram encontrados abandonados, e muitos não foram descobertos.

Destaca-se que havia povos indígenas que se juntavam aos portugueses na captura dos fugitivos negros, assim como se acredita que indígenas, brancos, hereges e judeus perseguidos pela inquisição faziam parte dos quilombos de Palmares, formando assim uma comunidade

multiétnica. Porém, os que predominavam eram os africanos de Angola, formando uma espécie de *Angola Janga* (pequena Angola). A religiosidade em Palmares se constituía em um misto de magia, ritos de religiões africanas e indígenas, e também do catolicismo. Diz-se que, por escassez de mulheres nos quilombos, adotava-se a poliandria,¹ e as mulheres podiam se dedicar a todas as atividades produtivas, serem líderes religiosas e, inclusive, participar das batalhas.

No século XVII, os governantes iniciam negociações com Palmares a fim de cessar os ataques, desde que esses permanecem nos altos da serra, visto que tinham gastos astronômicos com as expedições de captura, muitas delas frustradas. Outra estratégia foi povoar a região tentando cercar Palmares e ter os mantimentos necessários para os soldados mais próximos. Com isso, por volta de 1677, depois de muitas batalhas, ficaram feridos Ganga-Zumba e líderes militares palmaristas, sendo que essa foi a primeira ameaça à sobrevivência de Palmares.

No ano seguinte, um casal de palmaristas (que havia sido capturado) é liberado para propor a Ganga-Zumba que se entregasse, sob a ameaça de se intensificarem os ataques. Forma-se uma comitiva para tratar diretamente com o governador de Pernambuco, e três filhos de Ganga-Zumba integravam essa comitiva. O tratado de paz oferecido pelo governador respeitava a liberdade dos nascidos em Palmares e mantinha a troca mercantil com os comerciantes e vendeiros da região. Além disso, as terras de Palmares seriam delimitadas pela coroa, os cativos fugitivos daquela data em diante deveriam ser devolvidos e, após a assinatura do tratado de paz, os palmaristas tornavam-se vassalos do rei.

Havendo discordância entre os palmaristas em aceitar o acordo, estes se dividem. Ganga-Zumba e outros migram para a região do Cucaú, e Zumbi fica no quilombo do Macaco, na Serra da Barriga, com outros tantos. Zumbi era sobrinho de Ganga-Zumba, líder militar, e foi comandante-geral de Palmares de 1678 até 1695, quando foi tocaiado e morto pelas tropas paulistas, pois, mesmo após o tratado de paz, Palmares continuou sendo atacado sob o pretexto de que continuariam a fugir escravizados para lá. Nesse meio-tempo, muitos abandonaram Ganga-Zumba para seguir sob o comando militar de Zumbi, que não aceitou o acordo da coroa. Houve inúmeras expedições contra Palmares que foram frustradas. Em resposta aos ataques, Zumbi volta a pilhar as vilas e os povoados.

O governador de Pernambuco fez um acordo com os bandeirantes paulistas objetivando pôr fim a Palmares que, com ataques um após o outro, acabou por enfraquecer.

¹ Estado de uma mulher casada simultaneamente com vários homens.

Em 1694, os bandeirantes fizeram um grande ataque ao quilombo Macaco, capital de Palmares, sendo que, na fuga, alguns palmaristas caíram nos precipícios, pois a capital ficava na parte mais alta da serra. Cerca de 500 palmaristas são capturados, uma maioria de mulheres e crianças; outros foram mortos e muitos se esconderam pela floresta, mas Zumbi não foi capturado e, a cada invasão, reorganizava os palmaristas para a resistência.

Após muitas batalhas, em 20 de novembro de 1695, Zumbi é encontrado e morto em um quilombo na Serra de Dois Irmãos. Sua morte foi comemorada por fazendeiros e autoridades, mas ainda não era o fim, pois havia centenas de fugitivos espalhados pelas serras pernambucanas. Com a morte de Zumbi, Camoanga assumiu o comando de Palmares e o liderou até 1703, quando foi assassinado. Mouza teria sucedido a Camoanga na liderança de Palmares até 1711. Porém, há notícias de que, até 1757, palmaristas dispersos faziam saques nas propriedades e estavam em constante migração.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

GOMES, Flávio. **Palmares**: escravidão e liberdade no Atlântico Sul. São Paulo: Contexto, 2011.

REVISÃO. **O Quilombo dos Palmares**: história do Brasil. YouTube, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=md8XGuXnky4>. Acesso em: 20 nov. 2021.

TV BRASIL. **Quilombo de Palmares**: expedições. YouTube, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vuT6mSdMVSs&ab_channel=TVBrasil. Acesso em: 20 nov. 2021.

2 REVOLUÇÃO DE SÃO DOMINGOS

A revolução de São Domingos, atual Haiti, durou 12 anos e, entre as tantas insurreições de escravizados, foi a única a obter êxito. São Domingos é uma ilha e, na época, estava dividida entre o domínio francês (Haiti) e o domínio espanhol. Logo depois de seu “descobrimento”, os povos nativos foram completamente exterminados. Em 1789, essa colônia da França representava dois terços do seu comércio exterior. Era a maior e mais lucrativa colônia do mundo (chamada de pérola das Antilhas), motivo de orgulho para a França e inveja para as outras nações imperialistas. Em meio a tanta prosperidade, até os escravizados conseguiam economizar para comprar sua liberdade.

Os colonialistas praticavam toda a sorte de monstruosidades contra os negros escravizados, justificando-se de que os negros eram semi-humanos, beberrões, arrogantes, preguiçosos, sujos etc. Mas, na verdade, acreditavam que os brancos só estariam seguros se os negros fossem mantidos na ignorância. No ano de 1789, São Domingos já contava com quilombolas que começaram a se formar 100 anos antes, com milhares de homens e mulheres escravizados, fugidos e reunidos em agrupamentos, mas que, de tempos em tempos, encontravam líderes que os uniam, aterrorizando os colonialistas. De modo geral, os escravizados que estavam em posições de maior prestígio e perto de seus senhores, os escravizados da casa grande, imitavam seus senhores e davam bailes à moda de Versalhes, e um pequeno número de escravizados estudava para adquirir cultura e aprender tudo o quanto pudesse.

A colônia de São Domingos era dividida em castas, por assim dizer: havia os brancos ricos, que desprezavam os brancos pobres; havia os “mulatos”² e alguns pretos livres, sendo que os “mulatos” odiavam os pretos, pois se sentiam superiores a estes, mesmo que ambos fossem escravizados. Os “mulatos” livres podiam adquirir bens e, como levavam uma vida modesta, acumulavam imenso capital e eram donos das melhores propriedades da ilha, mas não lhes era permitido usar espadas, sabres, nem praticar jogos europeus até 1771. Se um homem branco fosse comer na casa de um mulato, este não poderia sentar-se à mesa com ele. Entretanto, não havia nenhuma restrição a homens “mulatos” emprestarem dinheiro a homens brancos.

² “Mulato” é a nomenclatura que é usada no livro *Os Jacobinos Negros*, de Cyril Lionel Robert James, que se refere às pessoas mistas de brancos e negros, que possuem a tez e outras características escurecidas e/ou negroide; seria o pardo do Brasil. Tal nomenclatura foi abolida no Brasil por se tratar de uma palavra racista, já que a etimologia da palavra se remete ao animal, mula.

Com a queda da Bastilha, na França, em 1789, e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, os mulatos também reivindicavam para si tais direitos, mas os brancos de São Domingos eram contrários a isso, pois, uma vez dado direitos aos mulatos, logo seria a vez dos negros escravizados. Estes ouviam sobre a revolução na França e também almejam para si liberdade, igualdade e fraternidade, começando a se agitar. Em algumas fazendas, houve movimentos, mas foram cruelmente reprimidos.

Em março de 1791, soldados franceses desembarcam em Porto Príncipe abraçando fraternalmente mulatos e negros, dizendo que a Assembleia da França declarava todos os homens livres e iguais. No mesmo instante, nos arredores de Porto Príncipe, os negros estavam se armando e se rebelando. A prática do vodu como religião era um modo de conspiração e, apesar de proibida, os escravizados viajavam quilômetros para os rituais de cantos e danças, e aproveitavam para escutar as novidades políticas e traçar seus planos.

Na noite de 22 de agosto de 1791, sob a liderança do sacerdote Vodu Boukman, cada grupo de escravos matou seus senhores e incendiaram as fazendas. Tomado o poder, davam aos seus senhores a paga de tudo que receberam, poupando apenas padres e médicos. Porém, com o avanço da revolução, homens, mulheres e crianças encontrados nas fazendas passaram a ser poupados, não tendo clemência apenas dos prisioneiros de guerra.

Embora os “mulatos” odiassem os negros, resolveram se juntar a estes contra o inimigo comum. Nessa época, Toussaint L’Ouverture assume a liderança da revolução. Toussaint conhecia um pouco de francês e latim, aprendeu desenho, conhecia plantas medicinais e a política francesa. Ele juntou milhares de negros e os treinou para os enfrentamentos, o que resultou na abolição da escravidão em 1794.

Toussaint liderou o movimento de libertação em São Domingos até 1782. Em 1781, Napoleão Bonaparte enviou a São Domingos uma expedição a fim de restabelecer o sistema escravista na ilha. As tropas francesas foram lideradas por Charles Leclerc, cunhado de Bonaparte, que capturou Toussaint e o enviou para a prisão na França. Lá, ele permaneceu até sua morte, em 1783, sofrendo maus-tratos, fome e frio a mando de Bonaparte, que temia levá-lo a julgamento por não ter nada contra ele, ou executá-lo e causar a comoção de seus seguidores.

Sem Toussaint, assumiu a liderança da revolução Jean-Jacques Dessalines, que enfrentou e derrotou de vez as tropas francesas em 1803, culminando na declaração de independência de São Domingos, em 1º de janeiro de 1804. Depois da independência, Dessalines tornou-se o imperador da ilha e escolheu o nome do novo país, Haiti (terra das altas montanhas), em homenagem às populações indígenas que habitavam a região antes da

chegada dos europeus. Para se tornar o estado negro do Haiti, os escravizados derrotaram os brancos locais, os soldados da monarquia francesa, a invasão espanhola e a expedição britânica. Em 1806, Dessalines é traído e assassinado, e só a partir desse evento, o Haiti passa a adotar o regime republicano.

Mas como a colônia mais rica do mundo se transformou em um dos países mais pobres do mundo?

O Haiti foi isolado pelas grandes potências mundiais, como os Estados Unidos, por exemplo. Esse país recebeu soldados haitianos para consolidar sua independência, mas não reconheceu o Haiti como país independente. Porém, na mesma época, reconheceu países que declararam sua independência, entre eles, o Brasil. Vale lembrar que os chefes haitianos apoiaram diversas expedições, tendo por objetivo a libertação dos povos da América Latina.

Sem o apoio das grandes potências, o governo do Haiti buscou auxílio na França que, para reconhecê-lo como país, cobrou uma indenização para os ex-colonos expulsos, além de adquirir os produtos do novo país com 50% de desconto. Para pagar a indenização, o Haiti recorreu aos bancos franceses, que fizeram empréstimos ao país com juros altíssimos, deixando-o numa situação financeira complicada. O Haiti pagou dívidas aos bancos franceses por 122 anos (de 1825 até 1947). Ademais, é um país exposto a desastres naturais, sendo devastado por um terremoto em 2010, além de casos ligados à corrupção dos governantes do país, fazendo com que o mesmo seja um dos países mais pobres do mundo.

O que representou para as Américas e principalmente para o Brasil a revolução de São Domingos?

Essa revolução representou um alerta do que poderia vir a acontecer nas colônias que se utilizavam de trabalho escravo e tinham grandes contingentes populacionais negros, sendo que, no Brasil, as reivindicações negras já eram recorrentes antes mesmo desse caso bem-sucedido (mas as exigências aumentam o tom depois da revolução de São Domingos). Os negros, que antes de 1800 lutavam por maiores benefícios e menos castigos, passaram a exigir liberdade. Para as elites brancas, a revolução haitiana propagou um medo absurdo que tinha corpo e tinha cor: o negro. Cresceu o medo entre as elites americanas de que uma onda negra varresse todas as colônias, extinguindo qualquer forma de escravidão e tomando o poder das mãos da elite.

O haitianismo, termo dado à influência da revolução do Haiti sobre a organização política dos negros no continente americano, fez com que, em 1805, no Brasil, Rio de Janeiro,

os negros andassem pelas ruas com medalhões com o rosto de Jacques Dessalines pendurados no peito e falando livremente sobre liberdade. E, por conta do medo, os escravagistas brancos aumentaram a vigilância e a repressão aos negros, instituindo-se normas jurídicas de controle cotidiano e de cunho penal, como por exemplo, o impedimento de frequentar escola, a impossibilidade de possuírem terras, a lei dos vadios e capoeiras etc.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BRASIL ESCOLA. **Independência do Haiti**. YouTube, 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UEYDYFencpc&ab_channel=BrasilEscola. Acesso em: 21 nov. 2021.

CANAL CURIOSITÉ. **Haiti: entre a glória e o colapso 1**. YouTube, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7_52HmVT5aA&ab_channel=AlinxDaniel-CanalCuriosit%C3%A9. Acesso em: 21 nov. 2021.

CANAL CURIOSITÉ. **Haiti: entre a glória e o colapso 2**. YouTube, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qqnOaYwSwUg&ab_channel=AlinxDaniel-CanalCuriosit%C3%A9. Acesso em: 21 nov. 2021.

CANAL CURIOSITÉ. **Haiti: entre a glória e o colapso 3**. YouTube, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=IVfE6G7BmjQ&ab_channel=AlinxDaniel-CanalCuriosit%C3%A9. Acesso em: 21 nov. 2021.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. História do Haiti. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historia-da-america/historia-haiti.htm>. Acesso em: 01 dez.2021.

GORENDER, Jacob. O épico e o trágico na história do Haiti. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 295-302, mar. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/yFzffjNFq7jpmwwxDhJLyGM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 dez. 2021.

JAMES, Cyril Lionel Robert. **Os jacobinos negros: Toussaint L’ouverture e a revolução de São Domingos**. São Paulo: Boitempo, 2000.

QUEIROZ, Marcos Vinícius Lustosa. Vista do Constitucionalismo Negro: elementos de teoria e história constitucional a partir da revolução haitiana. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito**, [s.l.], v. 13, n. 1, p. 85-109, jan. 2021. Disponível em: <http://www.revistas.unisinos.br/index.php/RECHTD/article/view/16763/60748524>. Acesso em: 27 dez. 2021.

SOUSA, Rainer Gonçalves. Independência do Haiti. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historia-da-america/independencia-haiti.htm>. Acesso em: 01 de dez. 2021.

SAMPAIO, Claudineide Rodrigues Lima. O haitianismo no Brasil e o medo de uma onda revolucionária. *In: X Colóquio de História da UNICAP, 2016, Pernambuco. Anais [...].* Pernambuco: Universidade Católica de Pernambuco, 2016. p. 77-97. Disponível em: <http://www.unicap.br/ocs/index.php/coloquiodehistoria/coloquiodehistoria2016/paper/viewFile/191/13>. Acesso em: 27 dez. 2021.

3 A GUERRA DA BALAIADA: A mais longa revolta popular ocorrida no Maranhão

Essa guerra eclodiu em dezembro de 1838, no Maranhão, Brasil, estendendo-se até o Piauí e o Ceará, durando até 1841. Iniciou-se com a revolta da classe média por questões políticas e divergências entre os Bem-te-vis (partido liberal), que representava os brasileiros, e os Cabanos (partido conservador), que representava o interesse dos portugueses. Posteriormente, a Balaiada passou a ser assumida por vaqueiros e pessoas sem posses que se rebelaram contra a convocação forçada para as forças militares e, por fim, foi sustentada por quilombolas e escravizados que lutavam por melhores condições de vida e pelo fim do sistema escravagista. A Balaiada representou uma das maiores revoltas populares do período regencial no Brasil Imperial.

A revolta popular teve muitos líderes, sendo os mais conhecidos Raimundo Gomes, o Balaio e Cosme Bento das Chagas. De acordo com os dados históricos, o estopim da Balaiada foi o vaqueiro mestiço Raimundo Gomes (Cara Preta) da Freguesia do Arari, com o apoio da Guarda Nacional (soldados não profissionais) e autoridades locais, descontentes com o governo da província. Raimundo Gomes invadiu a prisão de Vila Manga, atual município de Nina Rodrigues, Maranhão, libertando todos os presos que seriam levados à força para atuarem como recrutas na capital da província do Maranhão. Após libertar os presos, ele se apossou de Vila Manga, confiscou as armas e a comida, e convidou brasileiros e amigos da pátria para fazerem parte da revolta, mas rejeitou escravos e feitores. O bando partiu para o Piauí e, por onde passava, ia arregimentando novos membros, entre eles, o Balaio.

Quanto ao Balaio, existem duas histórias a serem contadas: a história oficial, na qual o Balaio seria um pai que teve suas filhas estupradas por um soldado; e a memória oral, na qual o Balaio seria um homem que libertou os filhos do “pega” (recrutamento forçado). Este último Balaio chamava-se Francisco Ferreira de Souza Balaio e era tenente-general e governador das armas do Maranhão. Já o Balaio da primeira versão, seria um homem negro lavrador que sustentava o município com farinha, ou alguém que fabricava balaios. O que faz pensar que havia mais de um Balaio envolvido na Balaiada.

Nas duas versões, o Balaio sairia armado junto com um bando de amigos, também armados, para enfrentar as tropas, ou por causa da honra, ou para acabar com o “pega”. Segundo consta no artigo de Assunção (2009), Balaio entrou para o grupo em janeiro de 1839, quando o bando de Raimundo Gomes voltou para o Maranhão. Segundo conta a

história, o Balaio tornou-se um guerreiro cruel e veio a falecer em outubro do mesmo ano, ferido em meio às batalhas em Caixas.

O líder Cosme Bento das Chagas (preto Cosme), nascido escravizado no Ceará, chegou ao Maranhão alforriado, tornando-se líder dos quilombolas. Cosme se autointitulou Dom Cosme Bento das Chagas, Tutor e Imperador da Liberdade Bem-te-vi, e fundou o maior quilombo do Maranhão na fazenda Tocanguira, reunindo mais de 3 mil escravizados para lutar na guerra. Sendo um homem letrado, forjava cartas de alforria a seus seguidores e fundou, no quilombo, uma escola que ensinava a ler e escrever.

Todos os participantes da revolta foram chamados de balaios e invadiam fazendas e libertavam escravos. Até que, em 1839, tomaram a cidade de Caxias e organizaram um conselho militar do qual resultaram inúmeras reivindicações ao governo do Maranhão, que não as aceitou e solicitou ajuda à corte no Rio de Janeiro. Em 1840, chega ao Maranhão o novo presidente da província e comandante de armas, Coronel Luís Alves de Lima e Silva (atual “herói” Duque de Caxias). O coronel entrou no conflito com 8 mil homens e, com o apoio dos Cabanos e Bem-te-vis, avançou violentamente sobre os adversários. Entre os líderes balaios havia rivalidades e, a partir daí, houve traições, deserções e prisões. A anistia aos rebeldes foi concedida por D. Pedro II, em agosto de 1840, mas o Maranhão e o Piauí só decretaram o fim da guerra em janeiro de 1841, depois que capturaram o Negro Cosme.

“Na história que tem nos livros / Escritos pela burguesia / Cosme é o grande bandido / (Ora vejam, quem diria!) / E Luís, racista assumido / É o herói Duque de Caxias.”

“A luta não terminou / Pois a exploração continua / Vamos ser os novos balaios / E sairmos todos às ruas / Gritando contra os lacaios.”

(Centro de Cultura Negra do Maranhão, 1998, p. 9)

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

A GUERRA da Balaiada: a epopeia dos guerreiros balaios na versão dos oprimidos. 2. ed. São Luís, MA: Centro de Cultura Negra do Maranhão, 1998. (Coleção Negro Cosme). Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/balaiada.pdf>. Acesso em: 01 mar.2021.

ALTMAN, Max. Há 181 anos, explodia a Balaiada, revolta que uniu escravos e sertanejos no Maranhão. **BRASIL de Fato**, São Paulo, 13 dez. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/12/13/ha-181-anos-explodia-a-balaiada-revolta-que-uniu-escravos-e-sertanejos-no-maranhao#:~:text=Em%20dezembro%20de%201838%2C%20eclodiu,Balaiada%2C%20na%20prov%C3%ADncia%20do%20Maranh%C3%A3o.&text=A%2>

OBalaiada%20se%20diferencia%20de,grandes%20propriet%C3%A1rios%20agr%C3%A1rios%20da%20regi%C3%A3o. Acesso em: 01 mar. 2021.

ARAÚJO, João Mauro. No Maranhão, um sonho destruído. **Sesc SP**, São Paulo, 01 ago. 2006. Disponível em:
https://www.sescsp.org.br/online/artigo/3396_NO+MARANHAO+UM+SONHO+DESTRUIDO. Acesso em: 01 mar. 2021.

ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. Histórias do Balaio: historiografia, memória oral e as origens da balaiada. **História Oral**, [s.l.], v. 1, 2009. Disponível em:
<https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/94>. Acesso em: 05 maio. 2021.

BORGES, Edson. A rota da liberdade do negro Cosme Bento das Chagas e a Balaiada (1838-1841). **Portal Geledés**, 17 jul. 2009. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/negro-cosme-bento-das-chagas-e-balaiada/>. Acesso em: 01 mar.2021.

LUZ, Gerlândia da. **A Revolta da Balaiada no Maranhão**. 2016. Orientador: Jonas Rodrigues de Moraes. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura) – Coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, 2016. Disponível em:
<https://monografias.ufma.br/jspui/bitstream/123456789/880/1/GERLANDIALUZ.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2021.

MATEUS, Yuri Givago Alhadeff Sampaio. **A Balaiada na sala de aula**: ensino de História do Maranhão Imperial e a produção do paradidático “A Guerra da Balaiada”. 2018. Orientadora: Elizabeth Sousa Abrantes. Dissertação (Mestrado) – Curso de História, Ensino e Narrativas, Universidade Estadual do Maranhão, 2018. Disponível em:
<https://www.ppghist.uema.br/wp-content/uploads/2016/12/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Yuri-com-as-assinaturas-da-banca.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2021.

TV. MAVAM. **Balaiada** – A guerra do Maranhão. YouTube, jan. 2016. Disponível em:
https://www.youtube.com/watch?v=85prpA3snrk&ab_channel=TV.MAVAM. Acesso em: 01 mar. 2021.

4 REVOLTA DOS MALÊS: Um levante de africanos em terras brasileiras

A Revolta dos Malês aconteceu na madrugada do dia 25 de janeiro de 1835, dia de Nossa Senhora da Guia, em Salvador, Bahia, Brasil, e durou menos de 24 horas, sendo a última de uma série de revoltas que aconteceram na Bahia. Esse levante foi organizado pelos chamados malês (que significa ‘muçulmanos’), envolvendo cerca de 600 escravizados africanos, o que, para a população de Salvador na época, era uma quantidade significativa. Salvador tinha uma população formada por 40% de escravizados africanos, 38% de crioulos (negros nascidos no Brasil) e mestiços de diferentes graduações (pardos, mulatos e cabras).

Os malês que deflagraram a revolta eram escravizados urbanos, chamados escravos de ganho, os quais percorriam a cidade exercendo trabalhos para seus senhores ou exerciam ofícios de sapateiros, pedreiros, ferreiros, trabalhadores domésticos e muitos outros. Ao final do dia ou da semana, deviam entregar ao seu senhor determinada quantia; o que fizessem a mais lhes pertencia e, se economizassem por muitos anos, poderiam comprar sua liberdade. Esses escravizados geralmente não viviam na casa do senhor, mas sim em associações com outros escravizados ou ex-escravizados, e se organizavam por grupos étnicos ou religião. De modo geral, os malês conheciam a leitura e a escrita árabe.

Eles foram denunciados e, antes do horário combinado, tiveram de deflagrar o levante. Os líderes da Revolta dos Malês estavam reunidos na praça, no subsolo de uma loja onde morava Manoel Calafate. Realizavam uma ceia do calendário muçulmano, quando os soldados do governo bateram à porta e foram surpreendidos por cerca de 60 homens africanos (malês) armados, em sua maioria de facas e espadas, uns poucos de armas de fogo. Houve enfrentamento e, logo em seguida, os rebelados se dirigiram à Câmara Municipal para libertar Pacífico Licutan, um líder idoso muito respeitado entre os muçulmanos. Ele estava em um presídio no subsolo da câmara, porém não obtiveram sucesso, pois foram atacados a tiros pelos carcereiros e pela guarda do palácio do governo. Licutan iria a leilão, pois o seu senhor teve todos os bens confiscados.

Esse grupo de malês se espalhou e saiu pelas ruas acordando outros escravizados, avisando da antecipação da revolta para que todos se juntem a eles. Estima-se que, ao todo, foram cerca de 600 africanos participantes do levante, e tinham por objetivo tomar o governo da cidade. Houve enfrentamentos com soldados do governo em muitas ruas da cidade, sendo que a última batalha ocorreu na cavalaria em Água de Meninos, onde mais de 70 malês foram massacrados e outros presos, sendo muitos deportados para o continente africano e quatro

executados. Os africanos mortos não tiveram enterros dignos; seus corpos foram depositados em valas comuns no cemitério Campo da Pólvora.

“Perto do Abaeté tem um nego mandingueiro / Descendente dos Malês, povo nobre e guerreiro / Faz dali o seu terreiro / Na roda de Capoeira ou orando ao Deus Allah / Veste branco às sextas-feiras / Usa xale e patuá / (seu avô era um Alufá).”

(Rafael Pondé, 2004)

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

CARIBÉ, Ana Luiza; BORGES, Lucas. O levante dos malês. **Folha Literária**, Fundação Pedro Calmon, Bahia, ano V, n. 33, p. 2, 25 jan. 2012. Disponível em: <http://www.bvconsueloponde.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=54>. Acesso em: 15 fev. 2021.

FRANCA, Belisario; DE, Jeferson. **Revoltas dos Malês**. Episódios 1-5. Sesc TV. Disponível em: <https://sesctv.org.br/programas-e-series/revolta-dos-males/?mediaId=0edd14fc2409aa0bc1bf7d9f50c4b52b>. Acesso em: 15 fev. 2021.

LOPES, Reinaldo José. Neste dia, em 1835, acontecia a Revolta dos Malês na Bahia. **Aventuras na História**, 24 jan. 2021. Disponível em: https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/jihad-bahia-revolta-males-escravidao-negros-brasil-historia.phtml?fbclid=IwAR3Ys1-YWefKe2s8qWjkGf6BT8ALwcmxyi5ZM_qUqbwQL7HZipKFPxOMp7k. Acesso em: 15 fev. 2021.

PONDÉ, Rafael. **Revolta dos Malês**. Bahia: Independente, 2004. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vHubpHtZBSY>. Acesso em: 06 maio 2021.

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil**: a história do levante dos malês em 1835. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

5 REVOLUÇÃO FARROUPILHA: O massacre de Porongos - Lanceiros Negros

A Revolução Farroupilha foi um conflito armado com duração de 10 anos, de 1835 a 1845, e teve como principal causa o descontentamento dos sul-rio-grandenses com o pouco prestígio junto à coroa, além da concorrência com a Argentina na produção de charque. Após a vitória na Batalha do Seival, na região de Bagé, comandada pelo general Antônio Netto, eles proclamaram a independência do Rio Grande do Sul, no dia 11 de setembro de 1836 (depois dessa data, não se trata mais de uma revolução, e sim uma guerra entre a república do Rio Grande do Sul e o império), enfrentando o exército imperial e, mais tarde, a invasão das tropas uruguaias.

Embora, como de costume, a historiografia hegemônica não revele, os homens negros foram fundamentais na luta dos rebeldes republicanos contra o império, pois eram em número aproximado à metade do exército republicano. No exército, foram enquadradas em duas categorias: a cavalaria criada em 1836 e a infantaria formada em 1838, sendo denominadas Corpo de Lanceiros Negros, compostos de homens negros escravizados que lutavam sob a promessa de liberdade ao fim da revolução. Serviam sob o comando do coronel Joaquim Teixeira Nunes.

Vale ressaltar que, antes mesmo de integrarem o exército, homens negros libertos, forros (ex-escravizados) e fugitivos foram importantes na tomada de Porto Alegre (1835) e de Pelotas, em abril de 1836, pois atuaram como mensageiros, tropeiros, campeiros e fabricantes de pólvora. Foram importantes na batalha em Rio Pardo, em 1838, e, em seguida, na expedição a Laguna, Santa Catarina, em 1839, o que culminaria com a formação da República Juliana³.

O uniforme desses homens consistia no uso de camisa, calças curtas de algodão, colete e sandálias de couro, uma faixa vermelha na cabeça e, no inverno, um poncho de lã (bichará), que lhes servia de proteção, agasalho e cama. Lutavam a pé ou a cavalo, eram destemidos e partiam para o confronto aos gritos. Em pouco tempo, tornaram-se temidos pelos rivais, que evitavam o enfrentamento diretamente com eles. Eram especialistas em ataques de surpresa e, a esses homens negros, eram dadas as missões mais arriscadas. Eles ficavam em acampamentos separados dos soldados brancos, usavam lanças de 3 metros, manjavam adagas

³ A República Juliana fez parte da Revolução Farroupilha, na qual os generais Giuseppe Garibaldi e David Canabarro tomaram Laguna, em Santa Catarina, e proclamaram a República Juliana, que levou este nome em referência ao mês de julho. Sem o apoio da população, o movimento foi derrotado em novembro de 1839.

e esporadicamente armas de fogo. O uso de lanças compridas era uma tradição no Sul desde o século XVIII, quando grupos de escravizados comandados pelo capitão Rafael Pinto Bandeira aterrorizaram os espanhóis.

Desde o início da revolta, entre as lideranças farrapas, havia abolicionistas e os que não queriam a abolição da escravatura. Entre os abolicionistas, figuravam Bento Gonçalves, Domingos José de Almeida, Mariano de Mattos, Antônio Souza Neto e outros. E, do outro lado, os que só concordavam em libertar os escravizados que se engajaram na luta contra o império, como Vicente da Fontoura, David Canabarro e outros chefes farrapos. Em 1840, na primeira tentativa de paz com o império, Bento Gonçalves exigiu a liberdade dos escravizados que lutaram ao lado dos farrapos, sendo que, como não houve o aceite da coroa, entre outros motivos, não houve acordo de paz naquele momento.

O massacre de Porongos ou traição de Porongos aconteceu nos momentos finais da Revolução Farroupilha, quando foi realizado o Tratado de Ponche Verde, um tratado de paz entre republicanos e imperiais. Sobre a morte de parte do Corpo de Lanceiros Negros, diz-se que 80% dos mortos eram homens negros, ocorrida na madrugada de 14 de novembro de 1844, no Cerro dos Porongos, no município de Piratini (atual cidade de Pinheiro Machado, RS).

Embora haja controvérsia entre os historiadores, o general David Canabarro teria recolhido a munição de seus comandados por conta de uma ameaça de revolta entre eles, antes de ocorrer o ataque do exército imperial. Isso teria sido uma forma de facilitar o acordo de paz entre ambos os lados, acertado por Duque de Caxias (na época, Barão de Caxias) e Canabarro, uma vez que o império era contrário à libertação dos escravizados rebeldes que lutaram ao lado dos republicanos. Temia-se inserir novamente no cativeiro combatentes experientes, os quais poderiam causar rebeliões nas senzalas. Por outro lado, também era temeroso ter homens negros livres com experiências militares que tinham seus iguais escravizados nas senzalas.

Nesse ataque, os Lanceiros Negros resistiram com luta corporal e uso de lanças, dando tempo para outros soldados farrapos escaparem. Centenas de farroupilhas morreram, quase todos negros, e outras centenas foram presos, em sua maioria, também homens negros, encarcerados num navio em Rio Grande. Os Lanceiros Negros que escaparam foram dizimados em outro ataque dias depois. Nenhum general presente em Porongos foi preso, ferido ou morto.

O fim da guerra foi proclamado em 28 de fevereiro de 1845, em Poncho Verde, onde os farrapos renunciaram às armas em troca de algumas concessões de Dom Pedro II, entre

elas, anistia política aos chefes farrapos e pagamento das dívidas da república. Diz-se que o General Antonio de Souza Netto, acompanhado de soldados negros, partiu para o Uruguai sem depor as armas.

Em 2001, na I Semana da Consciência Negra do município de Guaíba, RS, o advogado Luiz Fernando Correa Barbosa propôs um memorial em homenagem aos Lanceiros Negros. Em 2002, líderes dos movimentos Candido Velho e Quilombista foram a Pinheiro Machado para conseguir apoio. O Movimento Zumbi aderiu à proposta, e o prefeito da época animou-se com o potencial turístico da ideia. Na época, também se discutiu a instalação de um totem na entrada do município, além de uma sala de exposições de documentos e objetos relacionados à batalha de Porongos no centro da cidade.

Enfim, garantido o apoio municipal e estadual, o movimento convidou o Ministério da Cultura e a Fundação Cultural Palmares para participar do projeto. Em 2006, houve o concurso público nacional para a escolha do projeto arquitetônico, sendo escolhido o projeto do arquiteto Euclides Oliveira, que morreu em 2010, sem ver sua obra executada. Até o aniversário de 175 anos do massacre dos Lanceiros Negros, em 2019, a obra ainda não havia sido executada.

“Eu vi batalhas disputadas, mas nunca e em nenhuma parte homens mais valentes nem lanceiros mais brilhantes do que os da cavalaria rio-grandense, em cujas fileiras comecei a desprezar o perigo e a combater pela causa sagrada dos povos.”

(Giuseppe Garibaldi)

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

JUSTINO, Guilherme. **Os escravos que lutaram em troca de liberdade**. UFRGS, 2008. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ensinodareportagem/cidades/lanceirosnegros.html>. Acesso em: 21 nov. 2021.

LOPES, Janaína. Lanceirinhos negros: projeto em Porto Alegre conta a história dos guerreiros da Revolução Farroupilha para crianças. **G1**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2021/09/18/lanceirinhos-negros-projeto-em-porto-alegre-counta-a-historia-dos-guerreiros-da-revolucao-farroupilha-para-criancas.ghtml>. Acesso em: 21 nov. 2021.

MAIS DE UMA DÉCADA DEPOIS, monumentos aos Lanceiros Negros ainda não saíram do papel. **Matinal Jornalismo**, 2019. Disponível em: <https://www.matinaljornalismo.com.br/matinal/mais-de-uma-decada-depois-monumentos-aos-lanceiros-negros-ainda-nao-sairam-do-papel/>. Acesso em: 21 nov. 2021.

NAÇÃO TVE. **Massacre de Porongos**. YouTube, 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-EaXk-5lCpE&ab_channel=TVERS. Acesso em: 21 nov. 2021.

OLUPARUM PRODUÇÕES. **Lanceiros Negros** (parte 01) - Cerro de Porongos. YouTube, 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HaH_foKqJqQ. Acesso em: 21 nov. 2021.

OLUPARUM PRODUÇÕES. **Lanceiros Negros** (parte 02) - A Carta. YouTube, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=u-Vj0TvkS7A>. Acesso em: 21 nov. 2021.

OLUPARUM PRODUÇÕES. **Lanceiros Negros** (parte 03) - Os Tigres. YouTube, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pGlxCi4BFgg>. Acesso em: 21 nov. 2021.

PIRES, Oberdan. **Não eram só Lanceiros Negros!** Porongos - Novembro de 1844. YouTube, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cb1JlpstrYU&ab_channel=OberdaPires. Acesso em: 21 nov. 2021.

PUJOL, Leonardo. Massacre dos Porongos: a história da chacina dos soldados negros no Rio Grande do Sul. **BBC News Brasil**, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55236674>. Acesso em: 21 nov. 2021.

SALAINI, Cristian Jobi. **Nossos heróis não morreram**: um estudo antropológico sobre formas de “ser negro” e de “ser gaúcho” no Estado do Rio Grande do Sul. 2006. Orientadora: Maria Eunice Maciel. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/7636/000549991.pdf?seq>. Acesso em: 20 nov. 2021.

TV NAÇÃO PRETA. **Manifesto Porongos**. YouTube, 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hKcoFHPy-4w&ab_channel=TVNA%C3%87%C3%83OPRETA. Acesso em: 21 nov. 2021.

6 A PRIMEIRA GREVE NO BRASIL: Trabalhadores negros da Bahia

No dia 1º de junho de 1857, segunda-feira, a cidade de Salvador, na Bahia, amanheceu sem transporte, sem ninguém para carregar nada. Os ganhadores, que eram os negros, escravizados, libertos ou livres, os quais operavam o sistema de transporte de gente e de carga da capital baiana, sumiram. Dava-se início à greve dos ganhadores: o primeiro movimento grevista envolvendo todo um setor da classe trabalhadora urbana no Brasil.

Esses ganhadores carregavam de tudo, desde um envelope com carta, assim como caixas de açúcar, tinas de fezes ou de água, tonéis de aguardente e até cadeiras de arruar⁴. Os ganhadores e ganhadeiras, escravizados, tinham uma duríssima dupla jornada entre o trabalho para seus senhores e o trabalho de ganho, nas ruas. Do ganho dos escravizados, uma parte pertencia ao seu senhor, e a outra parte era deles próprios, o que, acumulado, muitas vezes, servia para a compra da própria alforria. Porém, quando alforriado, continuava na mesma profissão e, caso sobrasse algum dinheiro, adquiria escravos para trabalharem também como ganhadores e aumentar o ganho. Vale ressaltar que, nessa época, os negros escravizados eram propriedade de seus senhores, e a venda e a compra desses “semoventes” era perfeitamente aceitável, imoral, porém não ilegal, sendo o *modus operanti* da economia.

Toda a movimentação que existia nas ruas dos espaços urbanos da Bahia era de negros que, além dos ganhadores, havia outros escravizados com ofícios de sapateiros, alfaiates, pedreiros, barbeiros, carpinteiros etc. Os ganhadores, africanos e africanas da etnia Iorubá (no Brasil chamados de Nagô), vieram escravizados de diversos reinos e cidades do continente africano. Eles se organizavam por meio de grupos de trabalho, que se reuniam em esquinas (cantos), pois isso facilitava o acesso a clientes nas mais variadas direções, além de as esquinas terem uma importância mística para os africanos. Esses trabalhadores escolhiam, entre eles, um capitão, cuja função era a de contratar serviços com clientes, distribuir as tarefas e dividir os ganhos, além de mediar eventuais conflitos.

O motivo da greve foi o controle que a municipalidade queria exercer sobre os ganhadores, obrigando os africanos escravizados e libertos a se registrarem na Câmara Municipal, a fim de pagarem imposto profissional, se submeterem ao controle policial, ao uso de placa de metal no pescoço etc. Os africanos libertos seriam obrigados a apresentar fiadores, preferencialmente homens brancos e de posse que assinassem um documento assumindo

⁴ Cadeiras, geralmente cobertas, conduzidas por escravos para levar os senhores ou sinhás para passear pelas ruas ou até determinada localidade.

responsabilidade pelo bom comportamento desses trabalhadores. Se os ganhadores fossem encontrados sem a tal placa, eles teriam como punição oito dias de prisão, além de multa. Os ganhadores também não poderiam sair à noite.

Em função da perda de dinheiro pelo não escoamento das mercadorias, a Associação Comercial também protestou contra a Câmara Municipal. Pressionado pelo comércio, o presidente da província suspendeu a taxa de matrícula, e a distribuição de placas para uso no pescoço passou a ser gratuita já no segundo dia de greve. Porém, no terceiro dia de greve, poucos voltaram ao trabalho, uma vez que os trabalhadores africanos continuam resistentes a carregar em seu pescoço a placa de metal.

No quarto dia, com a taxa de matrícula suspensa e a retirada das placas gratuitas, ofertadas pela municipalidade, os senhores obrigavam os escravizados a voltarem ao trabalho. Os trabalhadores escravizados eram os que mais tinham a perder, pois seus senhores poderiam lhes infligir castigos físicos e/ou lhes retirar a porcentagem de ganhos, e até mesmo não lhes vender a alforria.

No quinto dia, porém, os jornais noticiavam que os trabalhadores africanos livres reagiram arrancando as placas de seus companheiros, maltratando-os e obrigando-os a voltarem para casa, já que, se trabalhassem sem as placas, seriam presos pelos fiscais da câmara. Os jornais já chamavam o movimento de “revolução dos ganhadores”, uma ameaçadora crise no sistema produtivo local.

Na segunda-feira seguinte, sétimo dia da greve, os carregadores de cadeira começaram a regressar às ruas para o trabalho; contudo, sem as placas de metal. Já no dia seguinte, outros se juntaram para desenvolverem seus trabalhos, todos sem as placas. Os vereadores, não por unanimidade, revogaram a antiga norma que exigia dos libertos que alguém de posses lhes desse a recomendação. Assim, a nova norma ainda exigia o uso das placas, mas bastaria aos ganhadores livres e libertos apresentarem uma certificação de abonação da autoridade do distrito.

No dia 13 de junho de 1857, o *Jornal da Bahia* anunciava que a greve havia acabado e que as coisas iam voltando ao seu eixo. No dia 15 de junho de 1857, o mesmo jornal, no balanço dos acontecimentos, trazia que o presidente da província agiu contra a postura por resistência dos trabalhadores africanos, sendo que o sucesso parcial de seu movimento só havia ocorrido graças à forma como se organizaram e se manifestaram a uma só voz e uma só vontade. Depois dessa greve mais ampla, a cada dia, continuaram as revoltas mais individuais, em que alguns africanos se recusaram a usar a placa e, por isso, discutiam com os fiscais da câmara.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

JOSÉ, Emiliano. O dia em que a terra parou: a greve negra de 1857 na Bahia. **Teoria e Debate**, 2020. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/estante/o-dia-em-que-a-terra-parou-a-greve-negra-de-1857-na-bahia/#:~:text=A%20greve%20durou%20dez%20dias,no%20Brasil%20e%20nas%20Am%C3%A9ricas>. Acesso em: 20 set. 2022.

PRIOLI, Gabriela. **Como o povo negro fez um movimento organizado e vitorioso no século XIX?** YouTube, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mol0_r45nm4&ab_channel=GabrielaPrioli. Acesso em: 20 set. 2022.

REIS, João José. A greve negra de 1857 na Bahia. **Revista USP**, São Paulo, n. 18, p. 6-29, 30 ago. 1993. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25988>. Acesso em: 20 set. 2022.

REIS, João José. **Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

REIS, João José. “Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia”. *In*: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap). **Seminários Cebrap**. YouTube, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2CyF6x7VKzE&ab_channel=Cebrap-CentroBrasileirodeAn%C3%A1liseePlanejamento. Acesso em: 23 set. 2022.

TVE BAHIA. **Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia – João José Reis**. Facebook, 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/tvebahia/videos/3060790503950255/>. Acesso em: 20 set. 2022.

7 MOVIMENTO PELOS DIREITOS CIVIS NOS EUA

Nos Estados Unidos (EUA), era permitido que cada estado da federação tivesse suas próprias legislações. E, com o fim da escravidão, em 1865, sem nenhuma garantia de direitos básicos aos ex-escravizados, e também com a resistência no sul do país em relação à liberdade dos negros, que já proibia os casamentos interracialis, e mais resistentes ainda ao fato de os negros passarem a ter os mesmos direitos dos brancos, tudo isso fez crescer a sociedade secreta *Klu Klux Klan*.

Na década de 1870, o sul adota medidas segregacionistas que passam a ser chamadas de *Jim Crow*, que definiam os lugares que os negros deveriam ocupar e os espaços reservados para os brancos. Havia escolas exclusivas para brancos, hospitais com ala para negros, o transporte público deveria dar preferência aos brancos, e, até mesmo para saciar a sede, havia bebedouros reservados para negros e para brancos.

Desde o início, quando essas medidas foram implementadas, houve resistências, como por exemplo, o movimento pelos direitos civis da população negra e a criação da organização *National Association for the Advancement of Colored People* (NAACP), traduzido como ‘Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor’, que foi fundada em 1909, sendo que essa associação começa a colher seus frutos na década de 1950.

Um dos principais acontecimentos que marcou esse movimento foi a atitude individual de uma mulher negra, Rosa Parks, que, em 1955, se negou a ceder seu lugar no ônibus a um homem branco, embora ela estivesse na fileira reservada aos negros. Isso porque a lei determinava que os negros deveriam ceder seus acentos aos brancos quando o transporte estivesse lotado. Parks foi presa e liberada sob fiança, unindo-se ao pastor e líder do movimento dos direitos civis dos negros, Martin Luther King, no boicote aos ônibus, que durou um ano até que a Suprema Corte dos EUA declarou inconstitucional a segregação racial em transportes públicos.

Defensor da resistência pacífica, Martin Luther King liderou, em 1963, a Marcha sobre Washington, reunindo cerca de 250 mil pessoas contra a segregação racial. Ressalta-se que a Casa Branca não acreditou muito na pacificidade do movimento e preparou-se para uma guerra. Foi nessa caminhada que Martin Luther King proferiu o conhecidíssimo discurso *I have a dream*, ‘Eu tenho um sonho’. Esse movimento conquistou direitos importantes como a Lei dos Direitos Civis em 1964, que acabava com a segregação racial nos EUA, permitindo

que negros e brancos pudessem usufruir dos mesmos espaços, além de que essa lei também findava com as discriminações religiosas e de nacionalidade.

Ainda no mesmo ano, surgem outros líderes e outras organizações pelos direitos da população negra; por exemplo, a *Organização da Unidade Afro-Americana* de Malcolm X, que defendia a união dos afro-americanos contra as opressões e o racismo. Dois anos mais tarde, foi formado o *Partido dos Panteras Negras*, com o discurso anticapitalista.

“Tenho um sonho de que meus quatro filhos viverão um dia em uma nação onde não serão julgados pela cor de sua pele, mas pelo teor de seu caráter.”

(Discurso de Martin Luther King)

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BRYANT, Nick. Martin Luther King e o violento protesto que nunca aconteceu. **BBC News Brasil**, 2013. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/08/130826_martin_luther_manifestacao_nb_c_gm. Acesso em: 21 nov. 2021.

CANAL HISTÓRIA E TU. **Arquivo Confidencial #39**: Martin Luther King, a trajetória do homem que mudou os EUA. YouTube, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uhKKhSp8etw&ab_channel=CanalHist%C3%B3riaETu. Acesso em: 20 nov. 2021.

PAIVA, Angela Randolpho. **Católico, protestante, cidadão**: uma comparação entre Brasil e Estados Unidos. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/3wsmq/pdf/paiva-9788579820410-00.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.

PETRONI, Camila Caldas. Movimento dos direitos civis nos EUA. **InfoEscola**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/movimento-dos-direitos-civis-nos-eua/>. Acesso em: 20 nov. 2021.

PREVIDELLI, Amanda. Veja na íntegra o histórico discurso de Martin Luther King. **Exame**, 2013. Disponível em: <https://exame.com/mundo/veja-na-integra-o-historico-discurso-de-martin-luther-king/>. Acesso em: 21 nov. 2021.

TV NOTÍCIAS 2011. **I have a dream** – Eu tenho um sonho – Martin Luther King Jr. YouTube, 2012. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fz_7luovxPc&ab_channel=CanalHist%C3%B3riaETu. Acesso em: 20 nov. 2021.

8 RESISTÊNCIA À INVASÃO COLONIAL NO SUL DE ANGOLA

Entre as inúmeras resistências às invasões coloniais no continente africano, destaca-se a resistência de um jovem rei à força militar dos portugueses e alemães, que tentavam ocupar o território a partir do sul. O rei Mandume Ya Ndemufayo de Kwanyama (dos cuanhamas) é sinônimo de resistência para Angola, para o continente africano e para a diáspora africana. Ele foi homenageado no Brasil pelo *rapper* Emicida e convidados, na canção chamada *Mandume*, na qual são feitas referências ao rei e à religiosidade de matriz africana, e no videoclipe são mostradas personalidades negras influentes no Brasil, como Elza Soares e Leci Brandão.

Apesar de se encontrarem poucas fontes sobre o tema, e sendo estas controversas, sabe-se que Mandume foi nomeado Ohanda (rei) em 1911, quando tinha 18 anos. Logo após o Tratado de Berlim, Mandume ficou famoso por seu enfrentamento aos europeus. O rei foi educado por missionários alemães, e os únicos brancos admitidos em seus domínios eram os padres luteranos alemães, pois o rei fazia comércio de armas com os alemães e os padres ensinavam escrita, leitura e religião a seus súditos. Os comerciantes portugueses e cristãos católicos foram expulsos por práticas abusivas de preços. Sob o seu reinado, as mulheres poderiam ter seus próprios rebanhos, e o estupro era punido com duras penas.

Diz-se que Mandume enfrentou muitas batalhas, sendo a mais conhecida a batalha de Omongwa, em 1904, que durou o tempo provável de três dias. Mandume enganara os britânicos e os portugueses quando eles pretendiam criar-lhe uma emboscada. Em outubro de 1916, seus soldados armaram uma cilada para a tropa portuguesa, massacrando os soldados no campo de batalha e expondo seus corpos como prova da bravura dos guerreiros Kwanyama. Em dezembro do mesmo ano, os britânicos pedem a rendição de Mandume, uma vez que o reino seria repartido entre Portugal e a Grã-Bretanha (suas opções eram ficar e se submeter a ambas as autoridades ou se entregar e ser destronado).

No ano de 1917, o rei e seus súditos estavam cercados por tropas portuguesas e britânicas, e uma das versões de sua morte diz que ele preferiu suicidar-se a servir aos europeus. Outras versões dizem que sua morte foi por tiros de metralhadora em campo de batalha. Outra diz que ele foi decapitado por tropas portuguesas e teve sua cabeça exposta durante anos por essas autoridades.

Recentemente, foi lançado em Luanda, capital de Angola, um romance baseado em fatos, *Mandume – O Rei de Oukwanyama*, escrito por Cigano Satyohamba. Há uma frase

atribuída ao rei que aparece na canção *Mandume*, do *rapper* Emicida. A frase diz o seguinte:

“Meu coração me diz que não fiz nada de errado. Se o inglês me ama, eu estou aqui, eles podem vir e podem me tirar daqui. Eu não vou disparar o primeiro tiro, mas eu sou um homem e não um *steenbok* (pequeno antílope). Eu lutarei até que minha última bala termine.”
(Rei Mandume)

“Tentar nos derrubar é secular / Hoje chegam pelas avenidas, mas já vieram pelo mar / Oya, todos temos a bússola de um bom lugar / Uns apontam pra Lisboa, eu busco Omonguá / Se a mente daqui pra frente é inimiga / O coração diz que não está errado, então siga!”
(Canção *Mandume*, Emicida)

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ADORNO, Luís. Emicida: “A história do rei Mandume poderia levantar a cabeça de muita gente”. **Ponte Jornalismo**, [s.d.]. Disponível em: <https://ponte.org/emicida-a-historia-do-rei-angolano-mandume-poderia-levantar-a-cabeca-de-muita-gente/>. Acesso em: 07 dez. 2021.

AFROFUTURO. **Mandume**: o rei que não se curva. Disponível em: <https://faleafrofuturo.medium.com/mandume-o-rei-que-n%C3%A3o-se-curva-be6fb28adf95>. Acesso em: 07 dez. 2021.

BENEVENUTO, Morghana. O que Mandume tem a dizer? **Esquerda Online**, 2016. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2016/12/11/o-que-mandume-tem-a-dizer/>. Acesso em: 07 dez. 2021.

CAMALATA, Manuel. Conheça o autor do livro “Mandume - O Rei de Oukwanyama”. **Correio da Kianda**, 2021. Disponível em: <https://correiokianda.info/conheca-o-autor-do-livro-mandume-rei-de-oukwanyama/>. Acesso em: 07 dez. 2021.

TPA ONLINE. **Mandume** – A história do rei contada em romance. YouTube, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=yR6nPLOj9Uo&ab_channel=TPAOnline. Acesso em: 06 dez. 2021.

TPA ONLINE. **Rei Mandume ya Ndemufayo** – Figura incontornável da história da resistência colonial no Sul de Angola. YouTube, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gXuc9b2Y7Iw&t=1s&ab_channel=TPAOnline. Acesso em: 06 dez. 2021.

TPA ONLINE. **Rei Mandume Ya Ndemufayo morreu há 103 anos**. YouTube, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hrab_n_Ksek&ab_channel=TPAOnline. Acesso em: 06 dez. 2021.

9 O CLARIM D'ALVORADA: Imprensa Negra

O periódico mensal *O Clarim* faz parte do que chamamos de imprensa negra e começou a circular em janeiro de 1924, fundado pelos jovens negros Jayme de Aguiar e José Correia Leite. Jayme, mediante apadrinhamento, teve acesso aos estudos; José tinha aulas de gramática e matemática com Jayme quando fundaram o jornal. Um periódico feito por negros e voltado para a população negra, que circulou até o ano de 1933. Em maio do mesmo ano de fundação, o nome do jornal foi alterado para *O Clarim d' Alvorada*, pois já existia um periódico mais antigo que se chamava *O Clarim*.

Inicialmente, o periódico publicava crônicas, contos e poemas produzidos por muitos colaboradores, alguns bem conhecidos, como Cruz e Sousa, e trazia também notícias sobre a vida social da elite negra de São Paulo (diga-se elite os negros letrados, alguns poucos abastados e outros que trabalhavam como motoristas particulares, servidores públicos de baixo escalão etc.), além de eventos e manifestações culturais realizados pela população negra mais pobre. O jornal também expressava preocupação de que existissem centros que pudessem dar assistência médica, moradia e instrução para a população negra mais pobre, além de lhes fazer críticas à vida desregrada e ao alcoolismo. Também era um espaço de memória e homenagem a intelectuais ancestrais, como Luiz Gama e José do Patrocínio.

Em fevereiro de 1928, o periódico passou para uma nova fase, tornando-se um jornal combativo contra o racismo e a discriminação, sob a influência do movimento negro internacional, principalmente influenciados pelo jornalista ativista Marcus Garvey. Naquele momento, o jornal lembrou que toda a riqueza produzida no país se devia aos corpos negros escravizados, sem que estes tivessem nada em troca além do desprezo. Nessa segunda fase, *O Clarim d'Alvorada* alcançou, para além de São Paulo, o Rio de Janeiro e a Bahia. Havia trocas de informações entre o referido jornal e os periódicos norte-americanos *The Negro World* e *Chicago Defender*.

A imprensa negra tinha um papel contra-hegemônico, discutindo a questão do negro na sociedade, uma vez que a imprensa, em geral, não se preocupava com a sorte dos negros. *O Clarim d'Alvorada*, assim como outros periódicos do mesmo seguimento, formaram a imprensa negra, trazendo para o centro a discussão das necessidades e dificuldades da população negra. Na época, o jornal era uma das poucas formas de reflexão sobre qual posição o negro exercia e passou a exercer na sociedade após a abolição em 1888.

“Ser Patriota é também amar os seus irmãos de raça, animando-os, ajudando-os coherentemente nas suas primordiosidades e coadjuvando no seu evoluir e na sua integridade.”

(AGUIAR, 1928, p. 42)

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

AGUIAR, Jayme de. O patriotismo. **O Clarim d’Alvorada**, São Paulo, ano I, nº 5, jun. 1928. Disponível em: <http://biton.uspnet.usp.br/imprensanegra/index.php/o-clarim-da-alvorada/>. Acesso em: 30 abr. 2021.

BALSALOBRE, Sabrina Rodrigues Garcia. **Língua e sociedade nas páginas da imprensa negra paulista**: um olhar sobre as formas de tratamento. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <http://www.santoandre.sp.gov.br/pesquisa/ebooks/364735.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2021.

FERREIRA, Maria Cláudia Cardoso. O jornal O Clarim d’Alvorada no pós-abolição (1924-1932). *In*: Simpósio Nacional de História, 26, 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, 2011. p. 1-15. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300908385_ARQUIVO_TextoAnpuh2011.pdf. Acesso em: 30 abr. 2021.

NASCIMENTO, Jadson. Clarim d’Alvorada e o movimento negro de José Benedito Correia Leite. **Agência de Notícias das Favelas**, 22 ago. 2020. Disponível em: <https://www.anf.org.br/clarim-dalvorada-e-o-movimento-negro-de-jose-benedito-correia-leite/>. Acesso em: 30 abr. 2021.

PALMARES – Fundação Cultural. **O Clarim da Alvorada**: o jornal da resistência. 07 jan. 2019. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=52932>. Acesso em: 30 abr. 2021.

POSSO, Ricardo Augusto. Imprensa Negra. Catálogo de periódicos. **Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho**, São Paulo, SP, 2008. Disponível em: http://www2.assis.unesp.br/cedap/cat_imprensa_negra/verbetes/o_clarim_d_alvorada.html. Acesso em: 30 abr. 2021.

SANTOS, Renan Rosa dos. Pela integração negra: a trajetória do jornal O Clarim da Alvorada (1924-1932). *In*: Encontro Estadual de História da ANPUH, 25, 2020, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, 2020. p. 1-16. Disponível em: https://www.encontro2020.sp.anpuh.org/resources/anais/14/anpuh-sp-erh2020/1600109480_ARQUIVO_7e61e4fa3599d43c5e37b820d8f97c53.pdf. Acesso em: 30 abr. 2021.

10 FRENTE NEGRA BRASILEIRA

Principal organização do movimento negro na pós-abolição, a Frente Negra Brasileira (FNB), criada em outubro de 1931, em São Paulo, teve como seu principal fundador Arlindo Veiga dos Santos. A FNB se encontrava alinhada à direita nacional e internacional, e tinha em sua base diversos clubes, mas era contrária aos clubes puramente recreativos, pois acreditava que esses bailes e festas destruíam as famílias negras. A FNB lutava pela integração do negro na sociedade de classe, contestava as relações raciais e o racismo científico no Brasil. Já a imprensa negra, principalmente *A Voz da Raça*, possuía o importante papel de divulgar as perspectivas políticas da FNB e ajudava no debate racial no Brasil.

A entidade era dividida em vários setores, sendo que o presidente era a autoridade máxima, referendando ou não todas as decisões; os conselheiros tinham a função de fiscalizar e resguardar as diretrizes do conselho; o secretário-geral substituiria o presidente quando este estivesse ausente, e também era responsável por controlar as publicações da entidade; o 1º secretário se ocupava das atas e portarias; o 2º secretário atendia aos associados. Os cabos eram agentes externos da Frente Negra, e possuíam autoridade sobre os sócios; o tesoureiro geral se responsabilizava pela parte financeira da instituição; e os fiscais eram responsáveis pela ordem material e moral da sede, cuidando da limpeza e do policiamento. A FNB também possuía uma milícia nos moldes dos boinas-verdes do fascismo italiano.

A entidade surgiu no governo Getúlio Vargas, época de recessão econômica e desemprego, principalmente para os negros, sendo que os benefícios sociais estavam atrelados ao trabalho formal (carteira assinada). Na época, para ser considerado de classe média (ou da elite negra), bastava ser funcionário público ou ter emprego fixo, mesmo em profissões de baixo prestígio social (carteiro, varredor de rua, porteiro) e andar bem-vestido.

A FNB mantinha escola, grupo musical e teatral, time de futebol e departamento jurídico, além de oferecer serviço médico e odontológico, cursos de formação política, de artes e ofícios; também pleiteava cargos eletivos de representação para os negros e apresentou aos constituintes de 1933 reivindicações de igualdade de direitos. Nessa época, as mulheres negras eram muito atuantes e se apresentavam em maior número dentro da FNB. Elas organizavam os trabalhos assistencialistas, bailes e festivais artísticos. Ter a carteirinha da FNB era motivo de orgulho para os negros, e isso fazia com que fossem respeitados pela polícia.

A FNB foi apoiadora do governo Vargas, conseguindo até mesmo se reunir com o presidente, quando foi solicitado e atendido o fim da proibição do ingresso de negros na guarda civil em São Paulo. Estima-se que a FNB chegou a possuir 100 mil membros e, em 1936, seus militantes registraram no Tribunal Eleitoral da cidade de São Paulo o *Partido da Frente Negra Brasileira*, tendo em vista a disputa eleitoral de 1937. Porém, com o Estado Novo, ficou proibida a existência de organizações de caráter político, e a FNB foi dissolvida e tornada clandestina. Esse foi um duro golpe para a entidade às vésperas da comemoração de 50 anos da abolição da escravidão. Na mesma época, tentaram criar a União Negra Brasileira, mas esta não teve condições de sobreviver.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

CULTNE. **Frente Negra Brasileira** – edição completa. YouTube, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2FRnKpFLiQE&ab_channel=CultneAcervo. Acesso em: 20 nov. 2019.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Frente Negra Brasileira**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/frente-negra-brasileira>. Acesso em: 20 nov. 2021.

GOMES, Flávio. **Negros e política** (1888-1937). São Paulo: Zahar, 2005.

IPEAFRO. **Frente Negra Brasileira**. Disponível em: <https://ipeafro.org.br/acervo-digital/documentos/antecedentes-do-ten/frente-negra-brasileira/>. Acesso em: 20 nov. 2021.

11 DIA DA LIBERTAÇÃO DA ÁFRICA OU DIA DA ÁFRICA

O Dia da Libertação da África, 25 de maio de 1963, foi estabelecido por conta da fundação da Organização de Unidade Africana (OUA). Nessa data, reuniram-se em Addis Abeba, na Etiópia, 30 líderes dos 32 países independentes do continente africano, os quais assinaram a carta de fundação da OUA. Nesse dia, todos os anos, celebra-se no continente africano e entre os afro-diaspóricos a independência e a luta pela libertação do continente africano do poderio imperialista e colonial. Em 2001, a organização mudou o seu nome para União Africana.

O primeiro encontro dos líderes dos estados independentes havia acontecido cinco anos antes, em Acra, no Gana, em 15 de abril de 1958. O Congresso dos Estados Africanos Independentes foi convocado pelo primeiro-ministro do Gana, Dr. Kwame Nkrumah, e, na ocasião, participaram representantes do Egito, parte integrante da República Árabe Unida, Etiópia, Gana, Libéria, Líbia, Marrocos, Sudão, Tunísia e a União Popular dos Camarões (a União da África do Sul não foi convidada).

Embora o continente africano tenha sido fatiado entre as potências europeias na Conferência de Berlim (1884-1885), exceto a Etiópia, antes disso, parte do continente já vivia sob condições coloniais. Com a Conferência de Berlim, os países africanos perderam a soberania nacional e sofreram uma intervenção brutal em sua organização socioeconômica e cultural, pois, em apenas quarenta anos, o continente já havia se tornado em colônias e protetorados, com a implantação de valores e usos ocidentais, fazendo os africanos perderem a confiança em si mesmos, sobrevivendo independente apenas a Etiópia, que derrotou os italianos na Batalha de Adwa, em 1896. Nessa época, em nome da pacificação, milhões de vidas africanas foram perdidas, o que baixou vertiginosamente a densidade populacional do continente.

Mais ou menos na mesma época em que as potências europeias se apropriaram do continente africano, nas Américas chegava ao fim a escravidão, e iniciava-se a luta pela emancipação (como a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, em que se viram compelidos a lutar pela descolonização do continente de origem, movimento chamado de Pan-Africanismo, ideologia política de intelectuais afro-diaspóricos pela emancipação dos povos do continente africano e da diáspora).

As elites progressistas africanas se aliaram a essas ideias, e surgiram centenas de ativistas e intelectuais pan-africanistas no continente africano. A reconquista de territórios, ou

independência africana nas décadas de 1950 e 1960, se deu num contexto mundial totalmente desfavorável aos africanos. Isso porque, na época, os colonizadores passaram o poder às elites africanas vassaladas que, em grande medida, foram formadas em escolas coloniais.

A seguir, são apresentados alguns pan-africanistas e seus pensamentos e lutas:

Galeria dos Pan-Africanistas

Figura 1 - Edward Wilmot Blyden (Ilhas Virgens, 1832-1912)

Considerado o pai do Pan-Africanismo, fez a primeira versão escrita dessa visão, defendendo uma personalidade africana. Acreditava que o Islã deveria ser a religião seguida pelo povo africano, já que foi uma opção assumida livremente por pessoas livres, pois o cristianismo lhe fora imputado enquanto escravo em terras estrangeiras.

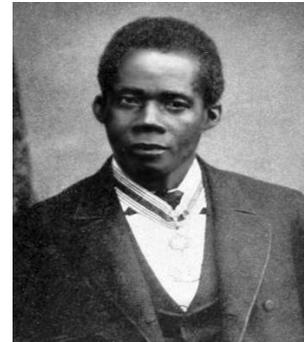


Figura 2 - Marcus Garvey (Jamaica, 1887-1940)

Não foi um acadêmico, mas um ativista político. Ficou conhecido nos Estados Unidos com o *slogan* “Race first!” Acreditava que os agrupamentos humanos se moviam por pertencimento racial e que os negros deveriam fazer o mesmo. Suas passeatas em prol dos negros reuniram milhares no Harlem e Nova York. Para ele, tudo que impedia a realização plena ia contra os desígnios de Deus. Esse pensamento contribuía para combater o racismo e elevar a moral do negro, já que um negro complexado e infeliz era algo que ia contra a vontade de Deus.



Figura 3 - William Edward Burghardt (W.E.B.) Du Bois (EUA, 1868-1963)

Intelectual, Du Bois estudou nas universidades de Fisk e Harvard, e foi um dos fundadores da sociologia nos Estados Unidos. Escreveu o livro *Almas do povo negro* (1903), em que defendeu que o negro possui uma essência de natureza cultural que se contrapõe à lógica materialista e temporal da civilização ocidental. Seu apelo foi o de que a alma negra fosse incorporada à civilização ocidental como valor positivo.

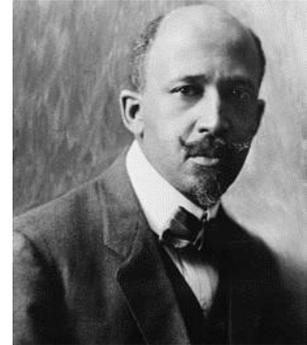


Figura 4 - Cyril Lionel Robert (C.L.R) James (Trinidad e Tobago, 1901-1989)

James foi jornalista, escritor e teórico marxista; e também pan-africanista revolucionário e marxista revolucionário relevante na formação direta de Kwame Nkrumah e outros ativistas que contribuíram para a descolonização na África. Escritor do livro *Os Jacobinos Negros*, no qual mostra o protagonismo dos escravizados de São Domingos (atual Haiti) contra o sistema vigente.



Figura 5 - Frantz Omar Fanon (Martinica, 1925-1961)

Foi psiquiatra e filósofo militante político da Frente de Libertação Nacional da Argélia (FLN), pan-africanista e humanista marxista. Na obra *Pele Negra, Máscaras Brancas* (1952), expõe o universo atribuído ao negro, o qual foi sistematicamente condicionado pelo branco, por meio da escravidão e da colonização. Fanon também escreveu o livro *Os Condenados da Terra* (1961). Diz o autor: “Quando me amam, dizem que é apesar da cor da minha pele. Quando me detestam, se justificam dizendo que não é pela cor da pele. Em uma ou outra situação, sou prisioneiro de um círculo infernal.” (*Pele Negra, Máscaras Brancas*)



Figura 6 - Simon Kimbangu (República Democrática do Congo, 1887-1951)

Foi um pan-africanista que fez do cristianismo e uma síntese de religiões africanas o primeiro movimento político do Congo (1921) para a independência do continente africano. Foi perseguido e deportado, e seus 37 mil seguidores foram presos pelo poder belga. Ainda hoje a igreja Kimbanguista tem milhares de adeptos.



Figura 7 - Cheikh Ahmadou Bamba (Senegal, 1853-1927)

Fundou o movimento anticolonialista muçulmano, o mouridismo, pelo qual pregava a resistência contra a colonização francesa, defendendo a permanência das estruturas econômicas e políticas tradicionais. Mesmo que sua mensagem de rebeldia se desse dentro da religiosidade, ele foi detido e banido do Senegal (1895-1903). De volta ao seu país, foi perseguido até sua morte em 1927.



Figura 8 - Léopold Sédar Senghor (Senegal, 1906-2001)

Foi político e escritor pan-africanista. Também foi, junto a Aimée Césaire, fundador do movimento da negritude: conjunto de ideias de valorização da cultura negra e crítica ao colonialismo. Senghor tornou-se presidente do Senegal quando esse país foi proclamado independente em 1960, desempenhando o cargo até 1980, por conta de sucessivas reeleições. Era defensor do socialismo. Tentou desenvolver a agricultura e combater a corrupção, mantendo uma política de cooperação com a França.



Figura 9 - Kwame Nkrumah (Gana, 1909-1972)

Liderou a oposição ao colonialismo inglês (1946) de forma pacífica, por meio da desobediência civil e protestos pacíficos. Foi fundador do Partido da Convenção Popular. No ano de 1956, o governo britânico reconheceu a independência do país. Homenageou uma grande civilização do passado, adotando para si o nome de Gana. Foi primeiro-ministro (1957-1960) e presidente de Gana (1960-1966), quando foi derrubado pelo golpe militar enquanto viajava para a China.



Figura 10 - Jomo Kenyatta (Quênia, 1894-1978)

Foi um líder pela independência do Quênia da colonizadora Grã-Bretanha. Foi detido em 1952 e condenado a sete anos de prisão sob a acusação de encabeçar a rebelião Mau-Mau. De 1959 a 1961, ficou em prisão domiciliar, sendo que, em 1961, assumiu a direção do Kenya African National Unity (Kanu). Em 1963, tornou-se primeiro-ministro do recém-independente Quênia e, em 1964, foi nomeado presidente da república, sempre tentando reunir os clãs que viviam em conflito interno.



BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BARBOSA, Muryatan. **A razão africana**: breve história do pensamento africano contemporâneo. São Paulo: Todavia, 2020.

BEZERRA, Juliana. Descolonização da África: resumo e características. **Toda Matéria**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/descolonizacao-da-africa/>. Acesso em: 20 nov. 2021.

CARNEIRO, Jéssica. 10 fatos sobre o Dia da África para você conhecer. **Ceará Criolo**, 2020.

Disponível em: <https://cearacriolo.com.br/10-fatos-sobre-o-dia-da-africa-para-voce-conhecer/>. Acesso em: 20 nov. 2021.

DEVÉS-VALDÉS, Eduardo. **O Pensamento Africano Sul-Saariano** – Conexões e paralelos com o pensamento Latino-Americano e o Asiático (um esquema). São Paulo: Clacso – Educam, 2008. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/coedicion/valdes/index.html>. Acesso em: 20 nov. 2021.

HOJE na história, 25 de maio de 1963, foi estabelecido pela OUA como o Dia da África. **Portal Geledés**, 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/hoje-na-historia-25-de-maio-de-1963-foi-estabelecido-pela-oua-com-o-dia-da-africa/>. Acesso em: 20 nov. 2021.

MATHIEU, Anne. Frantz Fanon, uma voz dos oprimidos. **Le Monde Diplomatique**, 2009. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/frantz-fanon-uma-voz-dos-oprimidos/>. Acesso em: 20 nov. 2021.

MOORE, Carlos. **A África que incomoda**: sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

SIMÕES, Nataly. O Dia da África e os movimentos de libertação do continente multiétnico e cultural. **Alma Preta Jornalismo**, 2020. Disponível em: <https://almapreta.com/sessao/quilombo/o-dia-da-africa-e-os-movimentos-de-libertacao-do-continente-multietnico-e-cultural>. Acesso em: 20 nov. 2021.

12 BLACK PANTHER PARTY: Partido dos Panteras Negras

O *Partido dos Panteras Negras para Autodefesa* (1966-1982) não era um partido oficial. Fundado em 1966, em Oakland, estado da Califórnia, foi ator central no *Movimento Black Power* nos Estados Unidos (EUA). O grupo defendia a resistência armada contra a opressão dos negros, sendo que patrulhavam os bairros negros contra a violência policial, uma vez que era permitido o uso de arma de fogo em público no estado da Califórnia.

O partido foi criado por Huey Newton, pelo líder estudantil Bobby Seale e ativistas dos direitos civis. Os ativistas do partido tiveram inúmeros conflitos com a polícia, o que causou a prisão de Huey Newton e a morte de outros membros. Este acreditava que o fim do racismo dependia necessariamente que o capitalismo também acabasse, pois os trabalhadores negros eram explorados pelos capitalistas brancos.

Em 1968, os Panteras Negras já haviam recrutado mais de cinco mil integrantes e vendido pelo menos 100.000 exemplares do seu jornal oficial *Black Panther Party Newspaper*, chamando a atenção do *Federal Bureau of Investigation* (FBI), para quem o grupo Panteras Negras seria a maior ameaça à segurança nacional interna. O alcance do grupo despertou a consciência de milhares de pessoas, mas também aumentou a perseguição de seus aliados e a invasão e destruição de seus escritórios. Nos últimos anos da década de 1960, momento em que o partido era mais perseguido, as mulheres foram cruciais no desenvolvimento das atividades. Kathleen Cleaver, por exemplo, organizou a campanha de libertação de Huey Newton, e as militantes de base se ocupavam de programas sociais, como o café da manhã para crianças carentes antes de irem à escola.

Em 1969, com as restrições ao uso de armas, os Panteras Negras montavam suas próprias clínicas médicas, refeitórios e cursos de formação política, sustentados por participação de voluntários. O grupo se inspirava em Frantz Fanon e nos escritos de Carl Marx, desenvolvendo o Programa Dez Pontos, em que contavam as necessidades políticas e sociais de que a comunidade negra tinha urgência, como sua autodeterminação, um bom sistema de ensino, moradia, emprego, assistência médica, fim da brutalidade da polícia, isenção do serviço militar obrigatório, júris compostos de negros para julgar negros etc.

Com o apoio do partido, comunidades de população hispânica, asiática, indígena e de brancos pobres criaram organizações similares às dos Panteras. Unidos a aliados, ativistas gays, feministas, igrejas e grupos antirracistas, os Panteras Negras criaram o Comitê Nacional

de Combate ao Fascismo, em que cada grupo assumia uma pauta particular em oposição à Guerra no Vietnã.

No ano de 1971, os Panteras Negras tiveram muitos integrantes do seu quadro político presos, mortos ou exilados, momento em que o FBI desarticulou a rede de apoiadores do partido, o que culminaria em sua extinção. Com a adoção de cotas raciais como política de estado e a obrigatoriedade de estudos afro-americanos nas universidades, o governo conquistou a maior parte dos aliados dos Panteras Negras, principalmente os de classe média.

Huey Newton foi para a gestão de programas de assistência comunitária, abandonou o discurso revolucionário e aproximou-se de máfias que atuavam em Oakland. Em 1972, os Panteras Negras começaram a enfraquecer até deixarem de existir formalmente como grupo. O que fica são as conquistas de direitos para os negros norte-americanos e os símbolos, como a saudação com o punho erguido e cerrado, a promoção do *Black is beautiful*, que teve por objetivo se contrapor à ideia disseminada no processo histórico de que os traços naturais dos negros seriam feios etc.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BATISTA, Kássius Kennedy Clemente. **O movimento negro norte-americano através do filme Panteras Negras (Mario Van Peebles, 1995)**. 2011. 132 f. Orientadora: Rosangela Patriota Ramos. TCC (Graduação) - Curso de Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, 2011. Disponível em:
<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/18485/1/MovimentoNegroNorteamericano.pdf>.
 Acesso em: 20 nov. 2021.

CHAVES, Wanderson da Silva. O Partido dos Panteras Negras. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 359-364, jun. 2015. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/topoi/a/TvmkYWQhmtkPMGZWBZzgp9c/?format=pdf&lang=pt>.
 Acesso em: 20 nov. 2021.

MUNDO EDUCAÇÃO. **Panteras Negras**. Disponível em:
<https://mundoeducacao.uol.com.br/historia-america/panteras-negras.htm>. Acesso em: 21 nov. 2021.

NAVARRO, Roberto. Quem foram os Panteras Negras? **Super Interessante**, 2019. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/quem-foram-os-panteras-negras/>. Acesso em: 21 nov. 2021.

NERDOLOGIA. **Pantera Negra e os Panteras Negras**. YouTube, 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=oHBkKu0EkVM&ab_channel=Nerdologia. Acesso em: 21 nov. 2021.

PARABÓLICA. **História Geral #29.1: O Partido dos Panteras Negras**. YouTube, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=TNVmcSCMg4A&ab_channel=Parab%C3%B3lica. Acesso em: 21 nov. 2021.

PORTAL GELEDÉS. **Panteras Negras: a história em 27 fatos importantes**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/historia-dos-panteras-negras-em-27-fatos-importantes/>. Acesso em: 21 nov. 2021.

RESUMO DA HISTÓRIA. **Panteras Negras**. YouTube, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=EFgBbo4ReOU&ab_channel=RESUMODAHIST%C3%93RIA. Acesso em: 21 nov. 2021.

THE BLACK PANTHERS: Vanguard of the Revolution. Direção de Stanley Nelson. Nova York: Firelight Films, 2015. Documentário (113 min.), P&B, legendado.

13 DIA INTERNACIONAL PELA ELIMINAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL

O Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial foi criado pela Organização das Nações Unidas (ONU), Resolução A/RES/2142 (XXI) de 1966, em memória ao massacre que aconteceu no bairro de Sharpeville, cidade de Johannesburgo, na África do Sul, em 21 de março de 1960. Nesse dia, cerca de 20 mil pessoas protestavam contra a *Lei do Passe* (1945), que obrigava as pessoas negras a portarem identificação com informações do local que podiam frequentar, cor, etnia e profissão; e, caso não apresentassem o passe, poderiam ser detidas.



Foto de placa com a seguinte mensagem: “Para uso por pessoas brancas. Estas instalações públicas e suas facilidades foram reservadas para o uso exclusivo de pessoas brancas.” – Imagem: domínio público.

Nessa manifestação pacífica, os integrantes foram orientados a não portar o documento. A intenção era causar problemas às administrações locais por conta do volume de pessoas que deveriam ser presas. Porém, as tropas militares do *Aphartaid* (separação) avançaram com armas de fogo sobre os manifestantes, deixando 69 pessoas mortas e 186 feridas, o fato ficou marcado como Massacre de Sharpeville.

Com a institucionalização do *Apartheid* na África do Sul em 1948, a minoria branca (elite) impôs diversas leis decretando a separação de brancos da população negra e mestiça (segregação racial), pois os brancos se julgavam raça superior e deveriam viver separados dos demais, inferiores. No sistema do *Apartheid*, os negros eram proibidos de frequentar os mesmos lugares que os brancos, de ter a posse de terras, de circular livremente pelo território e de participar das decisões políticas do país.

Dessa forma, o dia 21 de março, Dia Internacional contra a Discriminação Racial, além de ser em memória da luta dos manifestantes massacrados em Sharpeville, também é um

reforço na luta contra o preconceito racial em todo o mundo. A ONU criou uma estrutura internacional para lutar contra o racismo baseada na Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. Apesar da luta da convenção, muitos indivíduos em várias regiões do globo terrestre ainda sofrem discriminações; injustiças causadas pelo racismo.

No Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, se intensifica a luta contra a discriminação racial, pois inclui o racismo como crime inafiançável e imprescritível. No entanto, isso não fez com que o racismo acabasse no Brasil, sendo que, até hoje, a população não branca ocupa os piores cargos nas empresas, recebem menores salários, são presos injustamente etc.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ARAÚJO, Eloi Ferreira de. O massacre de Shaperville: lembrar para jamais repetir, ou imitar. **Correio Braziliense**, 2021. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/opinia o/2021/03/4913200-o-massacre-de-shaperville-l-embrar--para-jamais-repetir-ou-imitar.html>. Acesso em: 25 abr. 2022.

BRASIL. **Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial**, 1968. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/discriraci.htm>. Acesso em: 25 abr. 2022.

CARVALHO, Talita de. **Nelson Mandela e a luta contra o Apartheid**, 2018. Disponível em: <https://www.politize.com.br/nelson-mandela-e-a-luta-contr a-o-apartheid/>. Acesso em: 25 abr. 2022.

FERNANDES, Rosana de Sousa. 21 de Março: Dia Internacional contra a Discriminação Racial. **Central Única dos Trabalhadores**, 2021. Disponível em: <https://www.cut.org.br/artigos/21-de-marco-dia-internacional-contr a-a-discriminacao-racial-b b3f>. Acesso em: 25 abr. 2022.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DE PETROLINA. **21 de março, Dia Internacional da Luta contra a Discriminação Racial**, 2017. Disponível em: <http://www.sintcopepetrolina.org.br/noticia/21-de-marco--dia-internacional-da-luta-contr a-a-d iscriminacao-racial/436>. Acesso em: 25 abr. 2022.

14 VINTE (20) DE NOVEMBRO: Dia da Consciência Negra

A data de 20 de novembro, como Dia Nacional da Consciência Negra, idealizada pelo poeta gaúcho Oliveira Silveira, foi lançada em 1971 por iniciativa do Grupo Palmares de Porto Alegre, RS. O dia 20 de novembro aparece em oposição ao dia 13 de abril, data em que foi assinada a Lei Áurea, que, na prática, não trouxe nenhum benefício à população negra, sendo que, no dia 14 de maio, essa população não tinha nem como se alimentar, pois não houve nenhuma remuneração ou garantia de como os recém-libertos poderiam sobreviver.

O Grupo Palmares nasceu de uma reunião de Antônio Carlos Cortes, Ilmo da Silva, Oliveira Silveira e Vilmar Nunes, cujo objetivo era formar um grupo cultural com espaço para estudos e para as artes. O nome do grupo partiu dos estudos realizados por Oliveira Silveira, que considerava que o dia 20 de novembro, data da morte de Zumbi dos Palmares, representaria muito mais a comunidade negra que o 13 de maio, tido por ele, como dia de traição; já Zumbi teria trazido liberdade e organização ao povo negro, e não a princesa Isabel, que não fez nada mais que assinar um papel. Vale lembrar que o grupo se constituía e sempre primou para que todos os integrantes fossem negros.

No mesmo ano, o grupo, que foi um dos precursores do chamado movimento negro moderno, promoveu um evento no dia 20 de novembro, o qual ocorreu no Clube Marcílio Dias. Nesse evento, os organizadores contaram aos poucos participantes a história do Quilombo de Palmares, e defenderam a referida data como mais afirmativa e significativa que o dia 13 de maio em termos de resistência e compromisso com a liberdade dos negros. A partir desse encontro, todos os anos, o grupo tem comemorado o 20 de novembro, sendo que as ideais dos integrantes do Grupo Palmares tomaram proporções nacionais.

Em 1976, muitos grupos do movimento negro do Rio de Janeiro e São Paulo já comemoravam a semana de 20 de novembro como a semana do negro. Enquanto isso, em Porto Alegre, na mesma data, o Grupo Palmares lançava o livreto *Míni História do Negro Brasileiro*. Em 1978, o Movimento Negro Unificado denominou a data como o Dia Nacional da Consciência Negra, elevando Zumbi a herói nacional.

A partir dessas ações, o Movimento Negro tentou institucionalizar a data, sendo que a primeira vez que isso aconteceu foi em 1987, no estado do Rio Grande do Sul, pela Lei nº 8.352. Assim, ficou instituído o dia 20 de novembro como Dia Estadual da Consciência Negra. Vale lembrar que ficou institucionalizada a comemoração da data, mas isso não a torna um feriado. Em 20 de novembro de 1995, por alusão aos 300 anos da morte de Zumbi, cerca

de 30 mil pessoas marcharam em Brasília exigindo do então presidente a superação do racismo e da desigualdade racial.

Em 1997, Zumbi dos Palmares entrou para o livro *Panteão da Pátria e da Liberdade* em Brasília. Já em 2003, por meio da Lei nº 10.639, a data entrou para o calendário escolar como o Dia Nacional da Consciência Negra. Em 2011, a data se tornou o Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra pela Lei nº 12.519, mas isso também não a tornou um feriado (sendo que isso fica a cargo dos estados e municípios). Em 2020, dos 5.570 municípios existentes no país, em apenas 832 deles esse dia é feriado.

“Treze de maio traição, / liberdade sem asas / e fome sem pão.”
(Oliveira Silveira)

Nós, negros brasileiros, orgulhosos por descendermos de Zumbi, líder da República Negra de Palmares, que existiu no estado de Alagoas, de 1595 a 1695, [...] nos reunimos hoje, [...] para declarar a todo o povo brasileiro, nossa verdadeira e efetiva data: 20 de novembro, DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA!
(GONZALEZ, 1982, p. 51)

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ADJUNIOR. **7 pontos no Dia da Consciência Negra**. YouTube, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dU2BQnbWJw8&t=2s>. Acesso em: 22 fev. 2021.

CAMPOS, Deivison Moacir Cezar de. **O grupo Palmares (1971-1978): um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico**. 2006. 196 f. Orientador: Charles Monteiro. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/3984>. Acesso em: 22 fev. 2021.

GESIEL SILVEIRA. **Palmares: a luta pela liberdade**. YouTube, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=mGMWiDOLITY&ab_channel=GesielSilveira. Acesso em: 22 fev. 2021.

GONZALEZ, Lélia. O Movimento Negro na última década. *In*: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

LITERAFRO – O portal da literatura afro-brasileira. **Oliveira Silveira**. Dados biográficos. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/353-oliveira-silveira>. Acesso em: 22 fev. 2021.

POMPEU, Fernanda. Oliveira Silveira: um dos idealizadores do 20 de novembro. **Portal Geledés**, 20 nov. 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/oliveira-silveira-um-dos-idealizadores-do-20-de-novembro/>. Acesso em: 22 fev. 2021.

SILVA, Fátima Aparecida. 20 de novembro: Dia da Consciência Negra. **Assessoria de Currículo de História DRE Araguaína**. Disponível em: http://www.drearaguaina.com.br/docs/dia_consciencia_negra.pdf. Acesso em: 22 fev. 2021.

TV JUSTIÇA OFICIAL. **Consciência Negra** – Documentário. YouTube, 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=wbNv--cnkAA&ab_channel=TVJusti%C3%A7aOficial. Acesso em: 22 fev. 2021.

VEIGA, Edison. Como 20 de novembro se tornou o Dia da Consciência Negra. **DW (Deutsche Welle)**, 20 nov. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/como-20-de-novembro-se-tornou-o-dia-da-consci%C3%A7%C3%A3o-negra/a-55664979>. Acesso em: 22 fev. 2021.

ZORZI, José Augusto. **A construção do feriado do Dia da Consciência Negra em Porto Alegre (2001-2019): luta e política do reconhecimento**. 2019. 207 f. Orientadora: Regina Weber. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/204567/001109966.pdf?sequence=1>. Acesso em: 22 fev. 2021.

15 MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO

O Movimento Negro Unificado (MNU), a princípio chamado de Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR), foi fundado no dia 18 de junho de 1978, porém lançado publicamente no dia 7 de julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal da Cidade de São Paulo. Esse movimento se dá em resposta à discriminação que sofreram quatro meninos negros do time infantil de voleibol do Clube de Regatas Tietê, os quais foram impedidos de entrar na piscina do clube; e também pela prisão e morte em razão da tortura sofrida por Robison Silveira da Luz, trabalhador, acusado de roubar frutas numa feira. Além disso, quando o evento estava sendo preparado, foi morto o operário Nilton Lourenço, no bairro da Lapa.

Reuniram-se e fundaram o Movimento Negro Unificado representantes de atletas e artistas negros: Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN), Centro de Estudos Brasil África (CEBA), Escola de Samba Quilombos, Renascença Clube, Núcleo Negro Socialista, Olorum Baba Min, Sociedade de Intercâmbio Brasil África (SINBA). No evento de 7 de julho de 1978, estavam presentes cerca de duas mil pessoas, em plena ditadura empresarial militar, e com ampla cobertura da imprensa nacional e internacional. Devido a tal circunstância, prisioneiros da Casa de Detenção do Carandiru enviaram um documento integrando-se ao movimento, denunciando as condições desumanas dos presos e o racismo por parte do sistema judiciário e do sistema prisional.

A partir da fundação do MNU, a luta sai das salas de debates e conferências, de atividades lúdicas e esportivas, passando para ações de confronto aos atos de racismo e discriminação racial. Isso por meio da elaboração de panfletos e jornais, realizando atos públicos e criando núcleos organizados como: associação de moradores, trabalhadores, núcleos de estudos nas universidades, associações promotoras de recreação etc. A Carta de Princípios e o Programa de Ação do MNU abrangem itens como: a luta contra o desemprego, pelo saneamento básico, pela criação de escolas autônomas nas comunidades, pela criação de teatros na periferia, pela defesa da posse de terras, a organização do trabalhador rural, a liberdade sindical e o apoio à luta internacional contra o racismo.

Na década de 1980, o MNU, em parceria com o *Jornal Lampião* e o *Grupo Somos*, realizou ato público e passeata contra as ações do Delegado Wilson Richetti, que prendia negros, homossexuais e prostitutas, humilhando-os e desrespeitando-os na região chamada Boca do Lixo de São Paulo – Zona de Meretrício. Por meio de congressos como a Sociedade

Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), o racismo na educação foi denunciado nos meios de comunicação. Ainda na mesma década, o MNU foi a organização que realizou as mais importantes manifestações contra o *Apartheid* na África do Sul, mesmo sem o apoio político ou financeiro da Organização das Nações Unidas (ONU).

Em 1986, o MNU realizou, em Brasília, a Conferência Nacional do Negro, de onde saiu a proposta de criminalização do racismo e a base para a Resolução nº 68 das Disposições Transitórias Constitucionais, sobre a titulação das terras dos remanescentes de quilombos. Em 1988, no VIII Encontro de Negros do Norte-Nordeste, foram definidas questões que balizaram a atual Lei nº 10.639, que inclui nos currículos da educação básica o ensino da história e cultura dos africanos e afro-brasileiros.

Em 1992, na revista *O Negro*, a enfermeira do Hospital das Clínicas da Universidade de Campinas (Unicamp) escreveu sobre a doença anemia falciforme, de maior incidência em pessoas negras, orientando a sociedade e cobrando políticas públicas para tratar dessa doença, bem como a diabetes e a hipertensão (pressão alta), que atingem majoritariamente os povos negros. Em 1995, por ocasião do tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares, em 20 de novembro, realizou-se a Marcha Zumbi dos Palmares, Contra o Racismo, Pela Igualdade e a Vida, a qual reuniu mais de 30.000 pessoas em Brasília.

Foi a partir de ações do MNU que 20 de novembro foi aprovado como o Dia da Consciência Negra, assim como a inclusão da história e cultura afro-brasileira e africana no currículo da educação básica por meio da Lei nº 10.639/03, além da implementação das cotas raciais nas universidades e institutos federais. Foi também o MNU que pressionou para a tipificação do racismo como crime em 1989; e também para a criação do Grupo de Trabalho Interministerial para a Valorização da População Negra, o primeiro órgão nacional voltado para o tema, criado durante o governo FHC.

O MNU continua atuante em todo o país. Seus fundadores, que ainda vivem, foram homenageados na gravação do Documentário *AmarElo – É tudo para ontem*, do rapper Emicida, gravado em 2019, no Theatro Municipal de São Paulo. Abaixo, estão destacados apenas alguns de seus fundadores, ressaltando-se que existem e existiram muitos outros e outras que dedicaram suas vidas para a defesa das vidas negras neste país.

GALERIA DOS FUNDADORES DO MNU

Figura 1 – **Milton Barbosa** (São Paulo, 1948)

Nascido em Ribeirão Preto, São Paulo, em 12 de maio de 1948. Aos três anos, mudou-se para o bairro do Bexiga, na cidade de São Paulo, onde cresceu. Iniciou o curso de Economia na Universidade de São Paulo (USP), mas não chegou a concluí-lo. Nesse período, foi diretor do Centro Acadêmico Visconde de Cairu. Trabalhou como metroviário e foi diretor da Associação dos Funcionários do Metropolitano de São Paulo. Foi um dos fundadores do MNU, presidindo o ato de lançamento do movimento, no dia 7 de julho de 1978, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo. Em 1982, fez parte do Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores do Estado de São Paulo, sendo um dos fundadores da primeira Comissão de Negros do PT, na cidade de São Paulo. Foi presidente de honra na Convenção Nacional do Negro em 1986, em Brasília.



Figura 2 – **Hamilton Bernardes Cardoso** (São Paulo, 1953-1999)

Nascido em Catanduva, São Paulo, em 10 de julho de 1953. Estudou no Colégio Caetano de Campos, no qual começou a entender as desigualdades raciais. Formou-se em jornalismo na Faculdade Cásper Líbero e na Metodista de Rudge Ramos. Em 1978, foi um dos principais articuladores do Movimento Negro Unificado, levando políticos, estudantes, trabalhadores e intelectuais a se engajarem na luta contra o racismo no Brasil. Foi coautor do livro *Movimentos Sociais na Transição Democrática e Dez Coisas sobre o Direito do Trabalhador*.



Figura 3 – **Oswaldo Rafael Pinto Filho** (São Paulo, 1949)

Nascido no bairro Ipiranga, São Paulo, em 28 de abril de 1949. Trabalhou como engraxate na infância, trabalho que lhe rendeu o apelido de Xuxa (engraxate que vira super-herói, nas histórias em quadrinhos dos anos 50). Trabalhou como funcionário na Universidade de São Paulo (USP), na qual ingressou na Faculdade de Ciências Sociais, mas acabou por concluir a graduação na Universidade Bandeirantes. Foi um dos fundadores do MNU e passou a frequentar a Febem, com o programa de ação do MNU, realizando palestras. Também trabalhou no Banespa como bancário, na parte de formação de adolescentes. Trabalhou como ator fazendo pontas em vários filmes.

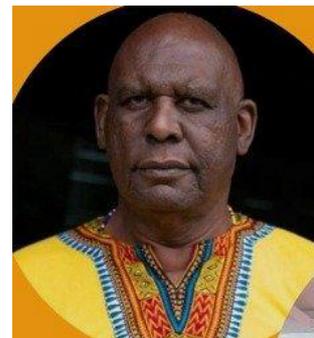


Figura 4 – **Marcos Antonio Cardoso** (Minas Gerais, 1956)

Nascido em Belo Horizonte, em 11 de setembro de 1956, periferia na região do bairro Santa Efigênia. Formou-se em filosofia pela UFMG e fez mestrado em história pela mesma universidade. É escritor, músico e analista em políticas públicas. Foi um dos fundadores do MNU na cidade de Belo Horizonte, em 1979. Foi professor do Curso de Especialização Estudos Africanos e Afro-Brasileiros da PUC de Minas Gerais e do Programa UNIAFRO (Aperfeiçoamento e Especialização em Formação de Professores da Rede Pública de Ensino de Minas Gerais da Faculdade de Educação da UFMG). Sua consciência política está relacionada às discriminações sofridas.



Figura 5 – **Neuza Maria Pereira** (São Paulo, 1955)

Nascida no dia 24 de agosto de 1955 em São Paulo – capital. Formou-se em Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero. Trabalhou como redatora no jornal *Versus* nos anos da ditadura, e sua contratação se deu por conta da publicação do artigo de sua autoria, intitulado: *Em defesa da dignidade das mulheres negras em uma sociedade racista*. Neuza foi uma das fundadoras do MNU, participando da organização e da realização do ato público realizado nas escadarias do Theatro Municipal em 1978, o qual marcou a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU).



“Algumas pessoas, no auge da ditadura militar, tiveram a coragem de se levantar contra o Estado brasileiro e seu racismo assassino, e dizer que aquele país precisava reconhecer o protagonismo das pessoas de pele escura na sociedade brasileira. [...] Muito obrigado, sem o sonho de vocês, sem a luta de vocês, nada disso seria possível.”

(EMICIDA, 2020, documentário *AmarElo – É tudo para ontem*)

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BRASIL. CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação História Contemporânea do Movimento Negro. CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/movimento-negro>. Acesso em: 25 set. 2022.

BRAUNS, Ennio; SANTOS, Gevanilda; OLIVEIRA, José Adão de (orgs.). **O Movimento Negro Unificado**: a resistência nas ruas. São Paulo: Edições Sesc, 2020. Disponível em: https://issuu.com/edicoessescsp/docs/mnu_trechos. Acesso em: 23 set. 2022.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, São Paulo, v. 12, n. 23, p. 100-122, mar. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/?lang=pt#>. Acesso em: 20 set. 2022.

FERNANDES, Alan. Crítica. Emicida – Amarelo: É Tudo Pra Ontem. **Netflix**, 2020. Disponível em: <https://cinemacomrapadura.com.br/criticas/593013/critica-emicida-amarelo-e-tudo-pra-ontem-netflix-2020-imprescindivel/>. Acesso em: 25 set. 2022.

PEREIRA, Amilcar Araújo. **O Mundo Negro**: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). Orientadora: Hebe Maria Mattos. Tese (Doutorado). Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1254.pdf>. Acesso em: 23 set. 2022.

RODRIGUES, Paula. Há 43 anos, MNU nascia para unificar a luta contra o racismo no Brasil. **ECO A UOL**, 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/07/07/ha-43-anos-mnu-nascia-para-unificar-a-luta-contr-o-racismo-no-brasil.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 23 set. 2022.

16 DIA INTERNACIONAL DA MULHER NEGRA, LATINA E CARIBENHA

A data de 25 de julho é um símbolo de resistência das mulheres negras, sendo instituída em 1992 no 1º Encontro de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-Caribenhas, em Santo Domingo, na República Dominicana. O evento, que reuniu cerca de 300 mulheres de 32 países, teve por objetivo dar visibilidade à luta das mulheres negras contra a opressão de gênero, a exploração de classe e o racismo.

No mesmo encontro, foi criada a Rede de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-Caribenhas. Essa reunião foi reconhecida pela ONU como o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha. A data tem por finalidade promover e fortalecer a ação política das mulheres negras da região junto ao poder público por ações concretas para a eliminação do racismo e do sexismo.

Nessa data, no Brasil, é homenageada a líder quilombola Teresa de Benguela. A data foi instituída pela Lei nº 12.987, de 2 de junho de 2014 (BRASIL, 2014), e reconhecida como o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra que, no Brasil, além de fazer coro à luta internacional, configura um esforço para reconhecer o papel da mulher negra na história do país e na atualidade social (pois Teresa de Benguela, embora haja pouco registro, foi uma líder quilombola relevante na capitania de Mato Grosso). O Quilombo Quariterê, comandado por Teresa de Benguela, também chamada rainha Teresa do Quariterê, era constituído de negros africanos e indígenas e foi extinto em 1770, quando foram capturados homens, mulheres e crianças, em torno de 100 pessoas, sendo 30 delas indígenas.

Nessa data, no Brasil, no Caribe e em toda a América Latina se realizam diversos protestos reforçando a luta histórica das mulheres negras em uma sociedade capitalista, patriarcal e machista. No Brasil, as mulheres negras protagonizam os piores indicadores sociais do país, sendo que, em 2019, segundo o Mapa da Violência de todas as mulheres mortas assassinadas, 66% eram mulheres negras. Já segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 63% das famílias chefiadas por mulheres negras estão abaixo da linha da pobreza.

As mulheres negras também são as principais vítimas de feminicídio, das violências doméstica e obstétrica, assim como da mortalidade materna, além do encarceramento em massa e de serem mais afetadas durante a pandemia de COVID-19. Junto à violência de gênero e ao racismo, as mulheres negras LGBTQIA+ ainda são alvo de diversas práticas preconceituosas.

Porém, nas brechas desse sistema excludente, nascem flores como Maria Firmina dos Reis, primeira romancista do Brasil, com a obra *Úrsula*; Maria Carolina de Jesus, mulher favelada e escritora; Antonieta de Barros, professora e parlamentar; Marielle Franco, mulher LGBTQIA+, periférica, socióloga, vereadora; Jaqueline Góes de Jesus, biomédica que coordenou a equipe que sequenciou o genoma do coronavírus em 48 horas, tempo recorde em relação a outros países. E tantas outras mulheres pretas, famosas e anônimas que ajudam no crescimento deste país e a tantas que são esmagadas por este sistema... PRESENTE!

“Ao reivindicar nossa diferença enquanto mulheres negras, enquanto amefricanas, sabemos bem o quanto trazemos em nós as marcas da exploração econômica e da subordinação racial e sexual. Por isso mesmo, trazemos conosco a marca da libertação de todos e todas.”

(Lélia Gonzalez)

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BRASIL DE FATO. **Bem Viver**: relembre a história da líder quilombola Tereza de Benguela. YouTube, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=L-W3vnhR4oI&ab_channel=BrasildeFato. Acesso em: 06 dez. 2021.

DEODORO, Paola. Conheça a cientista, negra e nordestina, que coordena a luta contra o COVID-19 no Brasil. **Revista Marie Claire**, 2020. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Work/noticia/2020/05/conheca-cientista-negra-e-nordestina-que-coordena-luta-contra-o-covid-19-no-brasil.html>. Acesso em: 06 dez. 2021.

MAEDA, Patrícia. A atualidade e a urgência de Lélia Gonzalez em 2020. **Carta Capital**, 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/sororidade-em-pauta/atualidade-ea-urgencia-de-elia-gonzalez-em-2020/>. Acesso em: 06 dez. 2021.

NUESTRAS HISTORIAS | Mujeres, afrodescendientes y latinoamericanas: voces por los derechos en todo un continente. **Naciones Unidas**, 2021. Disponível em: <https://acnudh.org/pt-br/nuestras-historias-mujeres-afrodescendientes-y-latinoamericanas-voces-por-los-derechos-en-todo-un-continente/>. Acesso em: 06 dez. 2021.

O QUE É o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha? **Uol**, 2021. Disponível em: https://cultura.uol.com.br/noticias/32516_o-que-e-o-dia-internacional-da-mulher-negra-latino-americana-e-caribenha.html. Acesso em: 06 dez. 2021.

17 DÉCADA INTERNACIONAL DE AFRODESCENDENTES (2015-2024)

A III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em 2001 pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Durban, na África do sul, deu visibilidade para a situação dos africanos e descendentes de africanos que vivem fora do continente. Dos que vivem fora do continente africano, cerca de 200 milhões vivem nas Américas, e uma quantidade inestimável vive na condição de migrantes e refugiados em diversos lugares do mundo.

Devido à situação naturalizada de pobreza, fome e discriminação perante a justiça, inúmeras violências e racismos são vividos pelas pessoas negras descendentes de africanos em todo mundo, sendo que esses povos são mais afetados nos direitos básicos, tais como: saúde, emprego, moradia e educação. A partir dessa realidade, resultou a Conferência, a Declaração e o Programa de Ação de Durban, dos quais o Brasil é signatário.

Em atenção a essa situação internacional, nacional e regional das populações negras, a ONU, em Assembleia Geral, por meio de sua Resolução nº 68/237, de 23 de dezembro de 2013, proclamou a *Década Internacional de Afrodescendentes*, com início em 1º de janeiro de 2015 e término em 31 de dezembro de 2024.

A resolução com o tema *Afrodescendentes: reconhecimento, justiça e desenvolvimento*, nesta década, visa à superação do racismo e das desigualdades que oprimem as pessoas negras ao redor do mundo. A articulação dos eixos aponta para a superação do racismo epistêmico (inferiorização dos conhecimentos não ocidentais), e também para a contribuição dos afrodescendentes ao longo da história da humanidade, na África e na diáspora. Desse modo, os principais objetivos da Década Internacional são:

- Promover o respeito, a proteção e o cumprimento de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais das pessoas afrodescendentes, como é reconhecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- Promover um maior conhecimento e respeito pelo patrimônio diversificado, a cultura e a contribuição de afrodescendentes para o desenvolvimento das sociedades.
- Adotar e reforçar os quadros jurídicos nacionais, regionais e internacionais de acordo com a Declaração e o Programa de Ação de Durban e da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, bem como assegurar a sua plena e efetiva implementação.

“Esta década é uma oportunidade para uma ação comum e concertada. Minha esperança é que, daqui a uma década, a situação dos direitos humanos da população afrodescendente de todo o mundo tenha sido amplamente melhorada.”

(Ban Ki-moon, Ex-Secretário-Geral das Nações Unidas)

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

CUT BRASIL. **Década Internacional de Afrodescendentes**. YouTube, 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=SLxtrM78G2I&ab_channel=CUTBrasil. Acesso em: 20 nov. 2021.

GOMES, Nilma Lino; MIRANDA, Shirley Aparecida de. Dossiê: educação na década internacional dos afrodescendentes (2015-2024). **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, p. 1-2, 23 nov. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/wnBYBr5rWfm5YTzxjvCKZhv/?lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2021.

ONU BRASIL. **Década Internacional de Afrodescendentes**: Reconhecimento, Justiça, Desenvolvimento. YouTube, 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=gSej12eOxlQ&ab_channel=ONUBrasil. Acesso em: 20 nov. 2021.

ONU. Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. **Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024)**. 2014. Disponível em: <http://decada-afro-onu.org/documents.shtml>. Acesso em: 20 nov. 2021.

18 MOVIMENTO BLACK LIVES MATTER: Vidas Negras Importam

O movimento *Black Lives Matter* explodiu nos Estados Unidos em 2020, com o assassinato de George Floyd, sufocado pelo policial Derek Chauvin, em Minneapolis, no dia 25 de maio de 2020. O policial colocou o joelho sobre o pescoço de Floyd por 9 minutos e 29 segundos, o que lhe causou a morte. Tudo isso por causa da suspeita de que Floyd teria tentado pagar uma conta na mercearia com uma nota falsa de 20 dólares.

Entretanto, o movimento *Black Lives Matter* não nasceu por conta desse episódio específico, mas em 2013, quando um homem acusado de matar um adolescente negro foi inocentado na justiça norte-americana. Alicia Garza fez um *post* indignado na rede social *Facebook*, o qual continha a frase *Black Lives Matter*, e sua amiga Patrice Cullors respondeu com a *hashtag* #blacklivesmatter. Com a disseminação da *hashtag* nas redes sociais, essas duas mulheres, mais a amiga Opal Tometi, criaram uma rede chamada *Black Lives Matter*, que foi adotada em protestos nos EUA e se popularizou pelo mundo. No Brasil, a *hashtag* foi traduzida como #Vidas Negras Importam.

Em novembro de 2014, o policial Darren Wilson, acusado de matar o jovem negro Michael Brown, foi absolvido pelo júri de Saint Louis, em Ferguson. Semanas após o acontecido, a então pré-candidata à presidência pelo Partido Democrata, Hillary Clinton, em aparição pública, pronunciou a frase: “*Black lives matter.*” A partir desse pronunciamento, muitos protestos ocorreram: congressistas negros interromperam a sessão em sinal de protesto com as mãos levantadas; funcionários do congresso, em sua maioria negros, entraram em greve; atletas profissionais e times de estudantes de faculdade e ensino médio fizeram protestos; estudantes de medicina de 70 faculdades fizeram protestos com a frase: “Jalecos brancos pelas vidas negras.”

Viram-se os protestos se espalhando pelo país. Pouco tempo depois, ocorreu mais uma absolvição de um policial pelo assassinato de outro homem negro. Os protestos aumentaram, unindo, em 13 de dezembro de 2014, mais de 100 mil pessoas nas ruas de Nova York, em Washington, D.C. e cidades por todo o país, declarando que as “Vidas Negras Importam”. Nesse movimento, além de os protestos serem contra o extermínio da população negra pela violência do Estado, ele agregou pautas dos migrantes, de pessoas trans e também o apoio aos trabalhadores com baixa remuneração.

A partir desses protestos, foram organizadas comissões, pesquisas e investigações sobre a morte de pessoas negras cometidas por agentes de estado. O então presidente Barack

Obama, que até então não havia sido tão aberto em discutir as desigualdades raciais, colocou em entrevista, junto com sua esposa Michelle Obama, os desrespeitos sofridos por conta da cor/raça e como foram confundidos com serventes.

Com a explosão do *Black Lives Matter* nos EUA, explodiu também, no Brasil, o movimento Vidas Negras Importam, tendo como primeiro ato um evento *on-line* em memória do menino João Pedro Mattos Pinto, de 14 anos, morto pela polícia no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, Rio de Janeiro, em 18 de maio de 2020, um ano após a morte de George Floyd nos EUA. Em 31 de maio, reuniram-se, em frente ao Palácio Guanabara, no Rio de Janeiro, moradores da periferia, que pressionaram o STF, na pessoa do ministro Edson Fachin, a proibir operações em favelas cariocas durante a pandemia (embora não tenha gerado muitos efeitos práticos, pois muitas operações continuaram a acontecer sem as prerrogativas exigidas pelo ministro).

Mas por que as Vidas Negras Importam? Todas as vidas importam! É claro que todas as vidas importam. No entanto, como explica Gabriela Prioli (2020), comparando vidas com casas, todas as casas importam, mas é preciso que os bombeiros acudam primeiro a casa que está pegando fogo. Ela é complementada por Silvio Almeida, que afirma: se a casa que está pegando fogo não for socorrida em pouco tempo, todas as casas serão incendiadas, ou seja, nenhuma vida importará mais, ou ainda em suas palavras, todos terão seu dia de preto.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BBC NEWS BRASIL. **Quem são as 3 mulheres que fundaram o movimento Black Lives Matter**. YouTube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=M48Qa06t-Rg>. Acesso em: 20 nov. 2021.

COMO TRÊS MULHERES criaram o movimento global Black Lives Matter a partir de uma *hashtag*. **G1**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/12/20/como-tres-mulheres-criaram-o-movimento-global-black-lives-matter-a-partir-de-uma-hashtag.ghtml>. Acesso em: 20 nov. 2021.

HÁ UM MÊS, reação ao assassinato de George Floyd iniciava levante antirracista global. **Brasil de Fato**, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/25/ha-um-mes-reacao-ao-assassinato-de-george-floyd-d-iniciava-levante-antirracista-global>. Acesso em: 20 nov. 2021.

PRIOLI, Gabriela. **Tudo o que você precisa saber sobre racismo** – Aula com Silvio Almeida. YouTube, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DNocOkcBgbE>. Acesso em: 20 nov. 2021.

FECHAMENTO DO LIVRO

Era uma vez, uma menina pretinha e tímida. Ela tinha 7 anos e estava na 1ª série. No bairro em que ela morava e na escola onde estudava, só havia crianças brancas, sendo ela a única criança negra. Mas isso nunca foi um problema para aquelas crianças e nem para a menina negra. Um dia, a professora falou da escravidão, e as crianças ficaram muito indignadas, sem entenderem como os adultos podiam fazer isso com as pessoas negras, e por que eles não faziam isso com os indígenas... A professora apressadamente respondeu às crianças que os indígenas lutavam e fugiam, pois conheciam as matas; já os negros não lutavam.

Nesse dia, a menina ficou com muita raiva de seus ancestrais negros, pois não entendia como podiam não lutar, como podiam aceitar tamanha barbaridade e não se indignarem. Ela só pensava como eles haviam sido covardes, e decidiu que não queria saber desses pretos... Pensava para si que sempre seria corajosa, diferentemente daqueles negros. Foi essa falta de conhecimento da verdadeira história que fez com que aquela criança aprendesse a não gostar dos seus ancestrais. O que aprenderam as crianças brancas nesse dia, e o que será que passou por suas cabeças inocentes?

Assim, este *e-book* teve por objetivo apresentar diferentes movimentos de resistência do povo negro frente à escravidão, ao colonialismo e a todas as formas de opressão ao longo do tempo; resistência que vem de ontem, é hoje, e será amanhã. Pretendeu-se apresentar, de forma positiva, eventos da resistência negra, aqui designados como *Gritos de Liberdade*, já que, geralmente, as pessoas negras são apresentadas em livros ligadas a sofrimento e humilhação – sem ser mencionado que, desde sempre, as pessoas negras impuseram resistência às diferentes formas de dominação.

Em tempos em que se busca uma mudança social pela educação integral, reforça-se a relevância de se pensar em projetos temáticos interdisciplinares, para que todos os sujeitos estudantes tenham acesso a uma educação democrática e de qualidade, independentemente de sua origem socioeconômica, étnica, racial.

Sobre as autoras

Autora 1

Cynara de Oliveira Geraldo

E-mail: cynara.geraldo@ifc.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1677-3230>

É uma mulher negra, cisgênero, licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (2013). Especialista em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade – PROEJA (2018). Atualmente, é mestranda no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT), da área de Ensino, reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, do Ministério da Educação, no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Trabalha como Assistente de Alunos no Instituto Federal Catarinense – *Campus* Araquari, e é membro do NEABI no mesmo *campus*.

Autora 2

Salette Valer

E-mail: salette.valer@ifsc.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9391-3807>

Doutora em Linguística (Psicolinguística Aplicada) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Linguística Teórica pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduada em Letras – Português e Literaturas Vernáculas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, *Campus* Florianópolis-Continente, na área de Linguagem e Comunicação, atuando como docente em: Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC); Cursos Técnicos Subsequentes; Cursos Superiores de Tecnologia; e no Mestrado em Educação Profissional em Rede Federal (ProfEPT).